

## Quem disse ?

«Vai grande escândalo na direita e nos negócios, a propósito da intenção governamental de acabar com o sigilo bancário em matéria fiscal e sem ter de passar pela prévia autorização de um juiz. Se quem não deve não teme, o escândalo é incompreensível!»

**Miguel Sousa Tavares**  
Público, 7 de Julho

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1072 • 13 JULHO 2000 • SEMANAL • 100\$ - 0,5 €

# ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



NAS BANCAS

## António Guterres lança programa ambicioso

### Duplicação do número de «creches»

O primeiro-ministro presidiu na segunda-feira, em Águeda, no Centro Comunitário de Recardães, ao lançamento do programa «Creches 2000», que visa duplicar em seis anos os lugares para crianças até aos três anos e regularizar o trabalho desenvolvido pelas amas. No seu discurso, António Guterres realçou a prioridade dada à despesa social no âmbito da despesa pública, sobretudo patente nos apoios concedidos à criança, às famílias, ao emprego e à igualdade. «Com este programa vai ser dado um enorme apoio às famílias, em especial às mais jovens, tendo vista a criação de condições para a educação dos seus filhos», salientou ainda o chefe do Governo. Regularizar a situação profissional das amas e dar-lhes formação é outro dos objectivos do programa «Creches 2000», que também apresenta uma inovação fiscal: a possibilidade de as despesas com as amas serem dedutíveis no IRS. A medida do Governo envolve igualmente a duplicação dos actuais 53 mil lugares, que se fará através da criação de mais 750 creches no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio. Por outro lado, está prevista a afectação de cerca de 46 milhões de contos para a cooperação com instituições particulares de solidariedade social, um investimento de 23,8 milhões de contos em equipamentos e de dois milhões de contos para o apoio à iniciativa privada.

O programa «Creches 2000» tem como primeira prioridade as estruturas apoiadas pelo Estado e pelas autarquias, assim como a rede privada dos distritos de Aveiro, Faro, Lisboa, Porto e Viseu.

Na sua deslocação ao distrito de Aveiro, o primeiro-ministro visitou também em Silveiro, no concelho de Oliveira do Bairro, as novas instalações da SOLSIL, onde foram investidos 300 mil contos e que presta apoio a crianças e idosos, tendo elogiado a obra como exemplo de dinheiro bem aplicado.

## António Guterres denuncia estratégia do PP de Paulo Portas

# Moção de censura ao Governo derrotada no Parlamento e no País

A moção de censura ao Governo saiu derrotada em todos os planos. O primeiro-ministro foi ao Parlamento denunciar a estratégia demagógica e populista de Paulo Portas, unicamente interessado nas sondagens e nos efeitos puramente mediáticos das suas palavras. A desastrada iniciativa política dos populares apenas contou com o apoio do PSD, depois de um debate em que Durão Barroso se afundou mais uma vez. António Guterres aproveitou para lamentar que o PSD, em vez de procurar construir uma alternativa sólida, como oposição credível, se tenha rendido ao PP, tornando-se num verdadeiro satélite deste pequeno partido de direita.



### Política

## Presidência Aberta de sucesso Sampaio condena demagogia no discurso político da droga



Durante cinco dias, o Presidente da República não fugiu a encarar os mais graves problemas que ainda afectam os concelhos da Área Metropolitana de Lisboa. Visitou o Casal Ventoso e não hesitou em mostrar-se chocado com os políticos que aproveitam a questão da droga para fazerem demagogia. Mas Jorge Sampaio esteve igualmente muito atento à problemática da imigração e às condições de vida de centenas de trabalhadores, sobretudo de origem africana.

### Sociedade & País

## Jovens empresários SAJE 2000



O Conselho de Ministros aprovou, no dia 7, a resolução que cria o SAJE 2000. Trata-se de um conjunto de programas e medidas de apoio aos jovens empresários no âmbito do Plano Operacional de Economia do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (III QCA). O Governo deu ainda luz verde para a constituição de um grupo de missão com o objectivo de, no âmbito do SAJE 2000, promover e estimular a iniciativa empresarial dos jovens



## A Moção de Censura

A moção de censura apresentada pelo CDS/PP na última semana de trabalhos parlamentares, durante o debate sobre o estado da Nação, teve o condão de apanhar completamente desprevenida a direcção laranja, impedindo-a de reagir e dando ao CDS/PP, nomeadamente ao seu líder, a hipótese de liderar no campo da direita os ataques políticos ao Governo.

Inteligentemente, Paulo Portas aproveitou a falta de organização e de ideias da bancada laranja para mostrar ao País que, afinal, quem lidera a oposição ao Governo de António Guterres é ele próprio. O PSD viu-se assim, mais uma vez, condicionado pela agenda política do CDS/PP, nada lhe restando senão colocar-se a seu reboque apoiando a moção de censura que todos sabíamos à partida que não iria passar.

No debate sobre o estado da Nação, Durão Barroso viu-se ultrapassado pelo seu pseudo-companheiro de coligação centro-direita, acabando por, no debate sobre a moção de censura, se aprofundar completamente, provocando na sua bancada um indistigável mau-estar.

Barroso perdeu numa semana a já pouca credibilidade que lhe restava como líder da oposição, mergulhando o seu partido em mais uma crise e deixando a opinião pública boquiaberta com o seu voluntário silêncio, durante o debate que se seguiu à brilhante intervenção de António Guterres.

Reagindo com demasiado nervosismo às palavras e críticas do primeiro-ministro, Durão Barroso resolveu optar pelo silêncio durante o resto do debate. Perante o espanto da sua bancada e de todo o hemiciclo, o líder laranja entregou de bandeja o protagonismo político da oposição ao CDS/PP (leia-se Paulo Portas) diminuindo ainda mais o papel do PSD neste debate.

Perante esta desastrosa actuação, Barroso guardou para si o único papel que ainda sabe desempenhar com algum êxito: o de vítima. E foi este triste papel que, passadas poucas horas sobre o final do debate, resolveu fazer nos ecrãs da RTP-2, queixando-se de tudo e de todos, quando afinal só tinha que se queixar de si próprio.

Estes debates sobre o estado da Nação e sobre a moção de censura acabaram por reforçar o papel do Governo à frente dos destinos do País e o Partido Socialista como o único garante da estabilidade política, tão necessária ao desenvolvimento da nossa economia. Por tudo isto, como referia Jaime Gama no encerramento do debate na Assembleia da República: «Bem-vinda tenha sido esta moção de censura!»



## UGT CONVIDA CGTP E EMPRESÁRIOS PARA REUNIÕES

No canto superior direito da primeira página da edição de 15 de Julho de 1982 um título dava conta de que a UGT tinha convidado a CGTP e os empresários para reuniões.

O objectivo da UGT, segundo a notícia da página 14, era «analisar a actual crise económica e social e as medidas que é necessários para a superar», no quadro da incapacidade do Governo da AD de resolver a crise económica e social do País.

Nesta edição, para além de uma completa informação sobre a actividade do PS de norte a sul do País e dos deputados socialistas na Assembleia da República, uma notícia sobre o relatório de Mário Soares sobre a missão ao Médio Oriente, enquanto dirigente da Internacional Socialista, era motivo de destaque.

J. C. C. B.

15 de Julho

Quem disse?

«Em Portugal ser da JS é, acima de tudo, uma prova de maturidade e responsabilidade»

Natividade Coelho



## Governo

### José Sasportes é novo rosto da Cultura

José Sasportes, 62 anos, independente, foi o nome escolhido, sábado, por António Guterres para substituir Manuel Maria Carrilho no cargo de ministro da Cultura.

José Sasportes foi convidado, no dia 8, e aceitou a sua indigitação para o cargo, tendo a alteração governamental sido já comunicada pelo primeiro-ministro ao Presidente da República.

O novo ministro da Cultura é actualmente membro cooptado da Alta Autoridade para a Comunicação Social. Foi conselheiro cultural

das embaixadas Portuguesas em Washington, Roma e Nações Unidas e também director do ACARTE, da Fundação Calouste Gulbenkian.

Exerceu ainda o cargo de professor de História, Dança e Teatro em Lisboa, Montreal (Canadá) Roma e Bolonha. É actualmente director da revista italiana «Danza».

José Sasportes participou ainda na preparação e realização dos Estados Gerais para a Nova Maioria que antecederam as eleições legislativas de 1995.

## Prisões

### Portugal tem cadeia especial para ex-polícias

Portugal dispõe de um estabelecimento prisional especial destinado a pessoas que fizeram parte das forças de segurança ou do sistema judiciário.

Esta cadeia funcionará em Santarém e corresponde a uma aspiração antiga das associações do sector.

Cinco ex-polícias que cumprem pena na cadeia do Linho são os primeiros ocupantes do Estabelecimento Prisional Especial de Santarém, instalado no antigo Presídio Militar da cidade e que foi adquirido este ano ao Ministério da Defesa por 350 mil contos.

A nova prisão terá uma capacidade para 108 reclusos, que irão ser distribuídos por três alas, com uma lotação de 36 presos cada.

Nesta primeira fase das obras, que foram inauguradas quinta-feira, dia 6, pelo director-geral dos Serviços Prisionais, Celso Manata,

numa cerimónia em que tomou posse o director do estabelecimento, tenente-coronel António Manuel Andrade Pinheiro, ficou apenas concluída a ala sul da prisão, orçada em cerca de 150 mil contos.

De acordo com a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP), esta semana darão entrada naquela cadeia dez outros detidos pertencentes a forças de segurança.

Actualmente, em Portugal, estão detidos 19 agentes da PSP, oito soldados da GNR, seis guardas prisionais e um agente da Polícia Judiciária.

Segundo a DGSP, o presídio, cujas obras de remodelação prosseguem, destina-se a reclusos que «carecem de protecção redobrada, em virtude das funções que exercem ou exerceram, nomeadamente em forças de segurança» ou ligadas à justiça.

## Presidenciais/Emigrantes

### Comunidades votam pela primeira vez

Os emigrantes poderão votar pela primeira vez na eleição do Presidente da República, depois de PS e PSD terem chegado a acordo, no dia 6, sobre a lei eleitoral para a presidência.

O número de emigrantes em condições de votar nas presidenciais de Janeiro deverá rondar os 190 mil.

Até Outubro de 1999, quando se realizarem as eleições legislativas, estavam recenseados cerca de 187 mil cidadãos portugueses residentes no estrangeiro, Macau incluído. O universo eleitoral deverá corresponder ao número de eleitores recenseados até

Setembro deste ano, quando o novo diploma, que foi aprovado no Parlamento quinta-feira, entrar em vigor.

O voto dos emigrantes será presencial, estabelece ainda o diploma.

Os emigrantes estavam impedidos pela Constituição de votar nas eleições presidenciais até à revisão de Setembro de 1997, que lhes abriu essa possibilidade, remetendo todavia para uma lei ordinária a afixação do respectivo universo eleitoral.

As leis eleitorais têm de ser aprovadas por maioria de dois terços dos votos dos deputados.

## Até 2025

### Actas do Conselho de Estado sob sigilo

O Presidente da República propôs alterações ao regimento do Conselho de Estado que permitam a consulta das actas das reuniões num prazo «nunca inferior a 25 anos».

Na reunião de quase três horas daquele órgão de consulta do Chefe de Estado, realizada na segunda-feira, dia 10, em Lisboa, os conselheiros foram unânimes em reconhecer o carácter sigiloso das actas.

O acesso aos documentos poderá ser feito quando o seu conteúdo já tiver um carácter histórico – após 25 anos sobre a data das respectivas reuniões – e apenas sob solicitação.

Quanto a casos concretos e excepcionais que venham a surgir, competirá ao Presidente da República a «decisão exclusiva» de permitir a divulgação de actas do Conselho.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA **António Guterres denuncia estratégia do PP de Paulo Portas**

## MOÇÃO DE CENSURA AO GOVERNO DERROTADA NO PARLAMENTO E NO PAÍS

**A moção de censura ao Governo saiu derrotada em todos os planos. O primeiro-ministro foi ao Parlamento denunciar a estratégia demagógica e populista de Paulo Portas, unicamente interessado nas sondagens e nos efeitos puramente mediáticos das suas palavras. A desastrosa iniciativa política dos populares apenas contou com o apoio do PSD, depois de um debate em que Durão Barroso se afundou mais uma vez. António Guterres aproveitou para lamentar que o PSD, em vez de procurar construir uma alternativa sólida, como oposição credível, se tenha rendido ao PP, tornando-se num verdadeiro satélite deste pequeno partido de direita.**

**C**omo denunciou o primeiro-ministro na Assembleia da República, a moção de censura do CDS-PP teve um verdadeiro objectivo e escondeu uma estratégia: o objectivo foi o de condicionar o PSD, impedindo-o de afirmar uma política autónoma e pondo-o a reboque do PP. A estratégia oculta, também de acordo com António Guterres – de que a ponta do iceberg foi a insistente provocação ao Governo para que apresentasse uma moção de confiança – foi «o de contribuir para um clima de instabilidade política, cujo objectivo último era o derrube do Governo e a realização de eleições antecipadas, num momento em que o PP julgasse ser mais favorável para si próprio, independentemente dos interesses do País». Em conclusão, importa reconhecer que esse objectivo foi em parte concretizado por Paulo Portas, já que, como salientou o primeiro-ministro, o PSD rendeu-se ao PP.

«O principal partido da oposição, elemento estruturante do sistema político, força que durante mais tempo exerceu o poder na democracia portuguesa, transformou-se, de facto, num satélite político do PP. Isto ocorre, ainda para mais, no fim de década e meia em que um dos vectores estratégicos fundamentais da sua actuação foi o de ocupar todo o espaço da direita portuguesa, procurando anular o CDS/PP, com o claro objectivo de o varrer da cena política nacional», recordou o chefe do Governo na sua intervenção. Em suma, segundo António Guterres, o Parlamento estava perante «uma rendição particularmente dolorosa, de consequências imprevisíveis para o nosso sistema político e para o próprio PSD.

A seguir, António Guterres lembrou a forma conflagradora como Durão Barroso procurou explicar o seu apoio à iniciativa



política tomada pelo CDS-PP o que o obrigou a «afastar-se de um modo atabalhoado de um consenso laboriosamente elaborado na Comissão de Trabalho, Solidariedade para aprovar com uma maioria alargada a nova Lei de Bases da Segurança Social».

«Para justificar a sua atitude, o líder do PSD, de mão erguida, apresentava-nos a razão da viragem: o texto de um artigo que, explicou-nos, quem conhecesse o PSD, saberia que este nunca poderia aceitar. Terminados os trabalhos da comissão, elaborada a versão da proposta de lei que vai ser submetida à votação final global deste plenário, procurei nela, em vão, o artigo tão veementemente verberado. Afinal nem lá está», comentou António Guterres, deixando seriamente embaraçada a bancada do PSD e provocando risos entre os deputados do PS.

### Durão Barroso em desgraça

Ou seja, como denunciou o primeiro-ministro, na reforma da Segurança Social, «o PSD afastou-se de um consenso alargado, não por razões de discordância política, mas por não ter a coragem de sustentar a suas próprias posições, ao confrontar-se, no momento decisivo, com o facto do PP se ter auto-excluído da construção desse consenso». Mas António Guterres apontou ainda outra flagrante contradição do partido liderado por Durão Barroso. «O PSD sempre acusou o Governo de não avançar com reformas estruturais. Quando o Governo as apresenta, o PSD fica paralisado e incapaz de para elas

contribuir, enquanto não receber a autorização do PP. O PSD entrega-se assim, sem apelo nem agravo, nas mãos da direita e sujeita-se a ser liderado pela sua forma mais populista, forma que o PSD desejavelmente não quis ou provavelmente não soube até hoje assumir ou protagonizar».

Depois de ter traçado o panorama político do PSD, António Guterres passou a desmontar ponto por ponto os reais objectivos do PP com a apresentação da moção de censura. O partido de Paulo Portas, denunciou, pretendeu sobretudo «criar condições para aumentar a instabilidade política e para provocar, logo que lhe seja possível, a queda do Governo. A este propósito, o primeiro-ministro frisou que a moção de censura só muito improvavelmente poderia ser aprovada na Assembleia da República, já que o PS dispõe exactamente de metade dos deputados. «Por isso, a insistência do PP em desafiar o Governo para uma moção de confiança que, nos termos constitucionais, caso não viesse a ser aprovada, conduziria inevitavelmente à queda do Governo». Se o Governo procedesse desta maneira, salientou o secretário-geral do PS, estaria a fazer a vontade ao PP, pondo explicitamente em causa a estabilidade governativa.

Como lembrou com precisão António Guterres, há alguns meses atrás, na discussão do Orçamento de estado de 2000, o PP estava convencido de que «nada tinha a ganhar com eleições antecipadas. Hoje, inebriado pelas sondagens, o PP e o seu líder vivem na permanente ansiedade de concretizar em

votos, o mais depressa possível, os seus índices de popularidade. Estou sinceramente convencido de que este comportamento se traduz num grave erro para ambos», disse.

### Demagogia populista de Portas

De acordo com o primeiro-ministro, mal o PP sentiu que as circunstâncias políticas lhe podiam ser favoráveis, «logo se predispôs a afundar o barco da estabilidade governativa, com o único objectivo de apanhar um quinhão relativamente maior dos destroços do mesmo». Em síntese, denunciou o primeiro-ministro, o PP «está obcecado com os seus interesses próprios e imediatos».

António Guterres lembrou depois as referências de Paulo Portas à Maria e ao José, elementos de uma família típica portuguesa. «É particularmente estranho que o PP tenha apresentado uma moção de censura imediatamente após o anúncio feito por mim de um conjunto de medidas de reforma fiscal, a concretizar em articulação com o Orçamento de Estado de 2001». Medidas que, sublinhou, «visam precisamente um forte desagendamento dos impostos pagos pelas famílias cumpridoras, graças a uma maior justiça fiscal e à criação de novos instrumentos mais eficazes de combate à fraude e à evasão». Ou seja, «afinal ao PP não lhe interessa que a Maria e ao José, com um filho ganhando apenas 290 contos por mês, tenham uma redução de 22 por cento no pagamento do seu IRS. Não. Sacrifique-se a Maria e o José em nome da queda do Governo e da glória de Paulo Portas», atacou António Guterres, recebendo uma grande ovação do Grupo Parlamentar do PS.

O primeiro-ministro questionou ainda «como é possível invocar permanentemente os nomes da Maria e do José se, precisamente no momento em que o Governo pede a cooperação de todos os grupos parlamentares, incluindo o do PP, para beneficiar todas as marias e os josés que vivem dos rendimentos do seu trabalho, que pertencem às famílias de mais baixo rendimento ou às classes médias, o PP responde com uma moção de censura, cujo objectivo é, imediatamente, ou a prazo, derrubar este Governo, impedir esta reforma, tudo isso para que Paulo portas possa, afinal, ter um certo protagonismo».

Na conclusão, António Guterres deixou uma crítica extremamente certeira e que embaraçou os populares. «O que mudou essencialmente desde a aprovação em Março do Orçamento de Estado não foi o estado da Nação. O que mudou verdadeiramente foram as ambições do líder do PP».

ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Presidência Aberta foi um êxito

## SAMPAIO CONDENA DEMAGOGIA NO DISCURSO POLÍTICO DA DROGA

**Durante cinco dias, o Presidente da República não fugiu a encarar os mais graves problemas que ainda afectam os concelhos da Área Metropolitana de Lisboa. Visitou o Casal Ventoso e não hesitou em mostrar-se chocado com os políticos que aproveitam a questão da droga para fazerem demagogia. Mas Jorge Sampaio esteve igualmente muito atento à problemática da imigração e às condições de vida de centenas de trabalhadores, sobretudo de origem africana. Além da imigração, a Presidência Aberta teve entre os seus principais temas a qualidade de vida, designadamente a pressão urbanística existente em alguns municípios na área da capital, a evolução do sistema de saúde e o meio ambiente.**

**A** toxicodependência e o debate sobre a descriminalização do consumo de droga dominaram os cinco dias da Presidência Aberta de Jorge Sampaio na Área Metropolitana de Lisboa, que terminou na passada sexta-feira. Dedicada à «Condição Urbana» dos milhares de portugueses e imigrantes – em particular os ilegais – que vivem e trabalham na região, Jorge Sampaio deu particular atenção ao problema da droga e à situação dos toxicodependentes. Os métodos de tratamento e recuperação desses jovens levaram Jorge Sampaio a visitar dois centros – um privado e com regras rígidas (opositor da descriminalização do consumo), outro público e mais flexível – e a manter conversas informais com os utentes de ambos.

A estada no Centro de Atendimento integrado no Projecto Vida foi particularmente violenta para o Presidente da República, visivelmente afectado e emocionado pelas histórias de vida – e de ausência de afectos – que acabaram no consumo de droga.

Depois desta experiência, era talvez conveniente que alguns mais teóricos, ou mais demagógicos, ou até mais ignorantes, tivessem a humildade de perceber que há um longo caminho a percorrer na recuperação dos toxicodependentes, declarou Jorge Sampaio. «Depois de os ouvir confirma-se que mais do mesmo não dá», repetiu o chefe de Estado, aludindo àqueles que continuam a defender uma política repressiva, através da manutenção do consumo como crime. O Presidente da República, contudo, recusou - se a pronunciar-se sobre a matéria que esteve em debate no Parlamento, bem como a responder à carta aberta do líder do PSD a exigir um referendo sobre a descriminalização do consumo.



Outra questão que esteve em evidência na Presidência Aberta foi a pressão urbanística no concelho do Montijo, motivada pela construção da ponte Vasco da Gama. Num discurso enérgico, o Presidente da República aconselhou o município a olhar para o que aconteceu em Almada, que possui «uma aglomeração urbana caótica» com a construção da ponte 25 de Abril. A exploração da mão-de-obra imigrante mereceu também a atenção de Jorge Sampaio que, no concelho de Oeiras, onde foi erguido um monumento ao trabalhador africano, constatou a «reiterada prática, por parte dos empregadores sem escrúpulos e de redes ilegais, de exploração e aliciamento de imigrantes». Portugal «tem responsabilidades na forma como olha a nova realidade dos movimentos imigrantes» porque foi durante anos uma «pátria de emigrantes».

Na Presidência Aberta, abordou ainda questões como o tratamento de resíduos sólidos urbanos e a protecção do meio ambiente, as acessibilidades à capital, a prestação de cuidados de saúde e a reabilitação urbana das áreas degradadas.

### Visita ao Casal Ventoso

No dia mais emotivo da Presidência Aberta, quando se deslocou ao Casal Ventoso, Jorge Sampaio foi abordado por alguns toxicodependentes. Acompanhado pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, João Soares, deslocou-se ao Gabinete de Apoio e ao Centro Social do Casal Ventoso.

O Gabinete de Apoio tem como objectivo prestar serviços para satisfazer necessidades básicas (alimentação, higiene e roupas), tratamentos, administração de medicamentos e prevenção de doenças infecto-contagiosas. O Centro Social do Casal Ventoso, por sua vez, desenvolve três programas dirigidos à população em idade escolar e para os reformados ou idosos. No interior do Casal Ventoso, alguns toxicodependentes pediram insistentemente ajuda ao Presidente da República. O chefe de Estado tomou mesmo a iniciativa de, por breves minutos, participar numa das equipas da rua – que desde Janeiro de 1999 abordam os toxicodependentes e são enquadradas pelo Centro Social do Casal Ventoso –, para também ele contactar mais de perto com esta população. Após esta visita, Jorge Sampaio entrou num andar-modelo na nova urbanização Ceuta Norte e depois deslocou-se para o Bairro da Quinta do Cabrinha, onde se passou pelos estabelecimentos comerciais e culturais ali existentes. O último estabelecimento a visitar foi o centro de idosos, onde almoçou. Antes de se deslocar ao Casal Ventoso, Jorge Sampaio visitou uma escola de Campo de Ourique, onde lhe foi apresentado o projecto de reconversão sociourbanística Lisboa Casal Ventoso. Nesta ocasião, João Soares explicou o que está a ser feito num dos bairros mais famosos de Lisboa, afirmando o seu empenho e determinação na resolução «de um dos maiores desafios» que se coloca à

sociedade: o realojamento e a reinserção dos toxicodependentes. A este propósito, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa disse ser necessário dar «um salto qualitativo» e de «grande audácia». Por sua vez, Jorge Sampaio referiu que é necessário um maior esforço ao nível da reinserção das pessoas no meio socioprofissional. «Mais do mesmo é que não dá. Esta é a única certeza que tenho», desabafou.

### A saúde no combate à droga

Na Damaia, o Presidente da República sustentou que o Serviço Nacional de Saúde terá de desempenhar um papel mais activo face aos problemas da toxicodependência. «A alteração, já adquirida, do paradigma do toxicodependente como um cidadão que necessita essencialmente de tratamentos e de cuidados de saúde, em particular, deve ter uma tradução no entendimento global do sistema de saúde e na articulação da suas diversas unidades», advogou o chefe de Estado. A propósito da inauguração das novas instalações do Centro de Saúde da Damaia – que «trazem qualidade, mas também dignidade, a este serviço público» -, Jorge Sampaio apontou-as como um excelente exemplo de colaboração entre o Governo e o Poder Local. «As autarquias devem envolver-se de uma forma muito mais consistente no nosso sistema de saúde», defendeu.

Igualmente na Damaia, o Presidente da República insistiu na necessidade de Portugal «definir uma política de imigração» que conceda a estes cidadãos direitos socioprofissionais dignos. «Não se pode ser nem xenófobo nem pensar que se pode» receber «toda a imigração do mundo», mas é imperioso evitar situações como a do bairro da Cova da Moura, onde muitos imigrantes com trabalho se encontram ilegais, declarou o chefe de Estado. «Viver assim é terrível», afirmou ainda, momentos depois de receber um jovem com 15 anos, num último apelo para resolver um caso particular. O Presidente da República visitou igualmente as antigas instalações da Escola das Profissões, na Venda Nova, onde destacou a importância de «dar novas oportunidades» educativas e profissionais às pessoas para evitar a sua exclusão.

Já na passada sexta-feira, último dia da Presidência Aberta, Jorge Sampaio mostrou-se surpreendido com as inúmeras habitações clandestinas existentes no Bairro do Vale do Forno, no novo concelho de Odivelas. Em Odivelas, a Quinta da Memória foi outra paragem, tendo sido recebido por bandas de música e por dezenas de crianças, ficando a saber que é no espaço desta antiga quinta que vão nascer os Paços do Concelho do novo Município.



PELO PAÍS

Governança Aberta

**ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA**

O Ministério da Educação fixou o ano de 2006 como meta para que todos os jovens tenham formação escolar até aos 18 anos de idade, disse, no dia 7, em Esposende, o secretário de Estado da Administração Educativa.



«Hoje já temos quase dois terços dos jovens em idades entre os 15 e 18 anos a frequentar o ensino secundário e a nossa meta é terminar o Quadro Comunitário de Apoio e chegar a 2006 com todos os jovens até aos 18 anos em formação», afirmou Augusto Santos Silva.

Esta «meta muito exigente» vem no seguimento dos objectivos do Ministério da Educação, que já «cumpriu duas grandes metas do sistema educativo da democracia portuguesa».

«A primeira foi pôr toda a gente na escola básica, o que está conseguido, dos seis aos 15 anos 100 por cento das crianças estão na escola, e a segunda meta, associada a esta, foi tornar claro que a educação básica começava mesmo antes da escola com o pré-escolar».

Segundo Augusto Santos Silva, «desde 1995 até hoje a bandeira tem sido sempre desenvolver o pré-escolar de modo a que este ano quase 90 por cento das crianças tenham frequência pré-escolar e caminharmos também para a sua universalização».

O segundo grande objectivo «é generalizar o ensino secundário, tornar a sua frequência um acto normal para todos os jovens, seja na escola secundária seja na escola profissional», explicou.

O secretário de Estado falava aos jornalistas na inauguração das novas instalações da Escola Profissional de Esposende, que custaram 75 mil contos e foram participadas em 75 por cento pela autarquia local.

**ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

A GNR conta já com 960 novos praças, que ingressarão nos quadros da Guarda em Outubro após um estágio de dois meses.

A maior parte dos praças – 620 – recebeu formação no Agrupamento de Instrução de Portalegre e os restantes no Grupo de Instrução de Aveiro.

À cerimónia de compromisso de honra em Portalegre presidiu o primeiro-ministro, António Guterres, que se fez acompanhar pelo ministro da Administração Interna, Fernando Gomes.



O primeiro-ministro deslocou-se sábado, dia 8, de manhã, a Portalegre, para presidir à cerimónia de compromisso de honra do curso de formação de praças da GNR.

O curso tem 962 alunos (36 dos quais do sexo feminino), dos quais 22,5 por cento tem o 12º ano de escolaridade, e envolveu formação nos domínios jurídico, técnico-policial, psicossocial e a nível de actividades físicas.

A cerimónia incluiu o desfile das forças em parada, a leitura do compromisso de honra, distribuição de prémios e uma intervenção do primeiro-ministro.

O acto realizou-se um dia depois de o Conselho de Ministros ter aprovado dois decretos contemplando o sistema de promoções na PSP e o regime remuneratório dos oficiais, sargentos e praças da GNR.

**COMUNIDADES**

O secretário de Estados das Comunidades, José Lello, defendeu, no dia 6, que a integração na sociedade dos portugueses repatriados dos Estados Unidos e Canadá para os Açores passa por uma solução «a nível nacional».



Lello, que falava em Ponta Delgada após um encontro com o presidente do Governo Regional, salientou que a resolução do problema tem de obedecer a uma estratégia concertada entre diversos Ministérios, nomeadamente da Educação, Justiça e Solidariedade, tendo sempre em conta as posições do Executivo açoriano. «É injusto que sejam os Açores a assumir o encargo», sendo necessário «criar condições de acolhimento», através de uma política de integração «a um nível mais amplo e não, apenas, no arquipélago», salientou.

Segundo referiu, os deportados que chegam aos Açores têm sido vítimas de «uma lei injusta», cabendo, ainda, às autoridades nacionais «sensibilizar» os políticos norte-americanos das áreas de comunidades emigrantes para tentarem «suavizar a actual legislação» sobre repatriamentos.

Nos últimos anos, o arquipélago recebeu centenas de portugueses repatriados por diversos crimes, em que a maioria sente grandes dificuldades de integração devido à pouca ligação que possui com a região.

**ECONOMIA**

O Ministro da Economia e Finanças, Pina Moura, anunciou, no dia 5, a «baixa de 32 para 30 por cento» no Imposto de Rendimento Colectivo para as empresas no Orçamento de Estado de 2002.



Pina Moura falava, em Lisboa, num encontro organizado pela Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL).

Esta medida insere-se na reforma fiscal que o Governo do PS anunciou no debate do Estado da Nação na semana passada e o objectivo principal é baixar os impostos para as empresas e, com isso, estimular o investimento.

A autorização legislativa para alterar o código do IRC vai ser apresentada na AR em meados de Setembro.

Para além desta novidade, Pina Moura anunciou ainda que até final de 2000, início de 2001, o Executivo socialista apresentará as reformas para a tributação do património e a tributação energética, embora estas alterações só tenham efeito real nos orçamentos de 2002 e 2003.

Relativamente à tributação energética, Pina

Moura anunciou que o gabinete do ministério que está a trabalhar nesta área ainda não tem «uma conclusão final». Em relação à do património, reafirmou as promessas anteriores do Governo do PS, a anulação da Sisa e com o imposto sucessório e uma redistribuição mais equitativa da contribuição autárquica.

**JUSTIÇA**

O ministro António Costa, que inaugurou, na passada quinta-feira, dia 6, uma ala remodelada do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), em Lisboa, prometeu que, até final de 2002, todos os tribunais superiores terão autonomia administrativa e financeira.



No final da visita à chamada ala da Rua da Prata do STJ, onde estão situados 25 gabinetes novos, com computadores e serviço de apoio adequados, o ministro da Justiça afirmou que a autonomia financeira e administrativa contribuirá para uma maior «eficácia» dos tribunais.

Atualmente, apenas o Tribunal de Contas e o Tribunal Constitucional dispõem dessa autonomia, que deverá ser estendida ao STJ e ao Supremo Tribunal Administrativo (STA), entre outras instâncias superiores. António Costa explicou que a descentralização administrativa e financeira só será feita em 2002, e não antes, porque esse foi o tempo pedido pelo Conselho Superior da Magistratura (CSM) para se preparar para as alterações no domínio financeiro.

Na sua intervenção no salão nobre do STJ, António Costa revelou que estão a ser realizadas obras em outros tribunais superiores e que o seu Ministério dispõe de um edifício na baixa de Lisboa que está disponível para responder às necessidades futuras do STJ ou de outros tribunais.

Disse ainda estar em curso a entrada em vigor da nova estrutura e organização do gabinete do presidente do STJ, bem como a criação da figura do administrador dos tribunais de primeira instância, que irá mudar, para melhor, a gestão corrente.

Após as férias judiciais, que vão de 15 de Julho a 15 de Setembro, o ministro espera avançar na elaboração da legislação sobre assessores para os tribunais superiores.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 7 de Julho

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma proposta de lei que autoriza o Governo a alterar o Código de Processo Penal;
- Um decreto-lei que altera o Código de Processo Civil;
- Um decreto-lei que regulamenta a Lei n.º 3/2000, de 20 de Março, estabelecendo as regras relativas ao concurso público destinado a seleccionar juristas de comprovada idoneidade, competência e experiência profissional para o exercício temporário de funções de juiz nos tribunais de primeira instância;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 186-A/99, de 31 de Maio, que aprova o regulamento da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais;
- Um decreto-lei que aprova o regime das marcações de audiências de julgamento;
- Uma resolução que cria o SAJE 2000, constituído pelo conjunto de programas e medidas de apoio aos jovens empresários no âmbito do Plano Operacional de Economia do terceiro Quadro Comunitário de Apoio e constitui um grupo de missão com o objectivo de, no âmbito do SAJE 2000, promover e estimular a iniciativa empresarial dos jovens;
- Um diploma que revoga o decreto-lei n.º 22/97, de 23 de Janeiro, que cria o Sistema de Apoio a Jovens Empresários;
- Uma proposta de lei que autoriza o Governo a alterar o quadro das atribuições e competências do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- Um decreto-lei que regulamenta a lei que prevê o direito à revisão da situação militar dos militares dos quadros permanentes que, em virtude da sua participação ou envolvimento no processo de transição para a democracia iniciado em 25 de Abril de 1974, viram as suas carreiras afectadas por esse evento;
- Uma resolução que considera a gastronomia portuguesa como um bem material integrante do Património Cultural de Portugal;
- Um diploma que prorroga por um ano o regime especial estabelecido pelo decreto-lei n.º 300/98, de 7 de Outubro, que cria um regime excepcional para a execução de empreitadas de obras nas ilhas da Região Autónoma dos Açores afectadas pelo sismo de 9 de Julho de 1998;
- Um diploma que repristina o regime jurídico especial estabelecido pelo decreto-lei n.º 85/97, de 18 de Abril, e estendido pelo decreto-lei n.º 337/97, de 4 de Dezembro, que cria um regime excepcional para a execução de empreitadas de obras na Região Autónoma dos Açores, especialmente nos locais afectados por condições climáticas desfavoráveis;
- Uma resolução que altera a resolução do Conselho de Ministros que estabeleça as condições de alienação dos direitos de subscrição da Região Autónoma dos Açores no aumento do capital social do Banco Comercial dos Açores, SA, de nove para onze mil milhões de escudos;
- Um decreto-lei que aprova o regime de livre circulação, colocação no mercado e colocação em serviço no território nacional dos equipamentos de rádio e equipamentos terminais de telecomunicações, bem como o regime da respectiva avaliação de conformidade e marcação, transpondo para a ordem jurídica interna a respectiva directiva comunitária;
- Um decreto-lei que regula transitoriamente o regime das promoções do pessoal com funções policiais da PSP;
- Um diploma que altera o decreto-lei que estabelece o regime remuneratório aplicável aos oficiais, sargentos e praças da GNR;
- Um diploma que altera o decreto-lei que estabelece o novo regime jurídico das obrigações de caixa;
- Um diploma que procede à adaptação à administração local do decreto-lei que estabelece o regime de reclassificação e reconversão profissionais nos serviços nos serviços e organismos da Administração Pública;
- Um diploma altera o decreto-lei que procede à adaptação à administração local do decreto-lei que estabelece as regras sobre o ingresso, acesso e progressão nas carreiras e categorias do regime geral, bem como as respectivas escalas salariais;
- Um decreto-lei que estabelece o regime de recrutamento e selecção do pessoal da carreira dos técnicos superiores de saúde;
- Um diploma que altera o decreto-lei que cria nos serviços e organismos dependentes do Ministério do Trabalho e da Solidariedade as carreiras de ajudante de acção socioeducativa, preceptor, ajudante de ocupação e ajudante de acção directa;
- Um decreto-lei que altera, com efeitos a partir de 1 de Março de 2000, a alínea b) do n.º 1 do artigo 21º do Código do IVA, no sentido de permitir a dedução integral do imposto sobre o Valor Acrescentado confido nas aquisições de gasóleo e de gases de petróleo liquefeito (GPL) destinado a veículos de transporte de mercadorias com peso superior a 3.500 quilogramas;
- Um diploma que prorroga por mais dois anos o prazo previsto no artigo 8º do decreto regulamentar que estabeleceu o estatuto das carreiras de pessoal específicas da área funcional de arqueologia;
- Um decreto que revoga as servidões militares da Fábrica Militar de Braço de Prata e Fábrica Nacional de Munições de Armas Ligeiras;
- Uma resolução que transfere para o município de Lisboa os terrenos situados no Campo das Cebolas e no Poço do Bispo;
- Uma resolução que ratifica uma alteração ao Plano Director Municipal de Marco de Canavezes;
- Uma resolução que ratifica uma alteração ao Plano Director Municipal de Montalegre;
- Uma resolução que ratifica uma alteração ao Plano Director Municipal de Carrizada de Ansiães;
- Uma resolução que nomeia para o conselho consultivo do Instituto de Gestão do Crédito Público Ernâni Rodrigues Lopes, José António Ferreira Machado, João Luís Correia Duque e Teodora Pereira Cardoso.

DESTAQUE – CM

Alterações à lei penal

FAZER JUSTIÇA EM TEMPO ÚTIL

O Conselho de Ministros deu carta branca, no passado dia 7, a uma proposta de lei que autoriza o Governo a alterar o Código de Processo Penal.

Este diploma propõe-se alterar o Código de Processo Penal consagrando um conjunto de medidas que visa combater os factores responsáveis pela morosidade processual penal e permitir uma justiça efectiva e em tempo útil.

Entre os vários objectivos consagrados, salienta-se, por um lado, a limitação dos casos de adiamento da audiência de julgamento, por falta do arguido ou qualquer outra pessoa cuja comparência seja indispensável à boa decisão da causa (ou seja imposta por força da lei ou de despacho do tribunal), permitindo-se a inquirição e a audição do assistente, das partes civis, das testemunhas e dos peritos presentes, evitando-se assim que as

peçoas que comparecem à audiência tenham de se deslocar de novo ao tribunal. Por outro lado, tendo ainda em vista facilitar o depoimento de todos os que são chamados ao processo, prevê-se a possibilidade de se proceder à inquirição ou audição de pessoas residentes noutras comarcas, através de meios de telecomunicação em tempo real, como a teleconferência, e bem assim a audição de peritos, a partir dos seus locais de trabalho, sempre que nestes existam esses meios tecnológicos.

Por fim, os actuais atrasos na realização das perícias serão colmatados através da previsão da possibilidade de as entidades às quais aquelas sejam requeridas poderem contratar terceiros para a realização das mesmas, assegurando assim o cumprimento dos prazos que lhe são estabelecidos pela autoridade judiciária.



DESTAQUE – CM

Justiça

PREVISTAS ALTERAÇÕES AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

O Governo deu luz verde a um decreto-lei que altera o Código de Processo Civil, na redacção que lhe foi dada há cinco anos atrás.

A decisão foi tomada durante a reunião de Conselho de Ministros, que decorreu na passada quinta-feira, dia 7, em Lisboa. Analisadas as principais causas de morosidade nos processos civis, pretende-se consagrar um conjunto de medidas que permita alcançar uma tutela efectiva dos direitos e em tempo útil.

Entre os vários escopos consagrados, salienta-se por um lado, a limitação dos casos de adiamento da audiência de julgamento por falta de testemunhas, permitindo-se a inquirição e a audição das partes e dos peritos presentes, evitando-

se assim que as pessoas que colaboram com a administração da justiça tenham de se deslocar de novo ao tribunal.

Em virtude da introdução de aparelhos de teleconferência nos tribunais e nos serviços oficiais aos quais são frequentemente requeridas perícias, prevê-se a possibilidade de inquirição de testemunhas e audição de peritos e consultores técnicos através desse meio de comunicação.

Ainda relativamente às perícias, procura-se garantir que o congestionamento dos serviços oficiais não constitua factor de morosidade na administração da justiça, razão pela qual se permite que aqueles serviços contratem entidades terceiras para a sua realização dentro do prazo fixado pelo tribunal.

## REVISTAS ATRIBUIÇÕES DO SERVIÇO

O Governo do PS aprovou, na passada quinta-feira, dia 7, uma proposta de lei que visa alterar o quadro das atribuições e competências do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, revogando o decreto-lei de 1986, especialmente para legislar em matéria de expulsão, extradição e direito de asilo de cidadãos estrangeiros no território nacional.

O elenco das atribuições actualmente prosseguidas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) diferem substancialmente das atribuições previstas no decreto-lei n.º 440/86, de 31 de Dezembro, sendo claro que a estrutura orgânica definida neste diploma se apresenta hoje totalmente inadequada.

De facto, desde a consulta prévia para a concessão de um visto de entrada em Portugal, passando pelas questões relacionadas com a legalização da entrada e da permanência de cidadãos estrangeiros, com o seu afastamento do território nacional, com o asilo até à aquisição da nacionalidade portuguesa por naturalização, todas as questões que giram à volta do fenómeno migratório são tratadas por um único serviço – o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Por outro lado, sublinhe-se a crescente complexidade que deriva do simples facto de Portugal dever ser hoje em dia considerado, com toda a propriedade, e à sua escala, um verdadeiro «País de Imigração», que já nada tem a ver, nesta



matéria, com o país existente em 1986. A população estrangeira legalmente residente em território nacional aproximase a passos largos da fasquia dos 200 mil, sendo que a sua maioria continua a corresponder a cidadãos originários de países terceiros, em especial de países lusófonos.

O cumprimento de todas as atribuições que ao longo dos últimos 15 anos foram sendo cometidas ao SEF, nas vertentes nacional e internacional, exige o estabelecimento de um quadro normativo que crie um Serviço de Estrangeiros e Fronteiras capaz de dar

resposta rápida e eficaz à execução da política de imigração definida pelo Executivo, bem como às exigências estruturais e conjunturais do fenómeno migratório.

Tal quadro normativo corresponde à modernização do SEF prevista no Programa do Governo como um dos instrumentos para dar cumprimento às exigências de cooperação entre os Estados Membros da União Europeia em matéria de Segurança, à compatibilização desta com a liberdade de circulação, ao reforço da cooperação com os países de

expressão portuguesa e ao controlo de todas as fronteiras externas, nomeadamente as fronteiras marítimas.

Assim, este diploma vem criar um Serviço de Estrangeiros e Fronteiras preparado para cumprir aqueles objectivos e para acompanhar o desenvolvimento de mecanismos de cooperação internacional, o progressivo ajustamento de políticas de imigração entre países de destino e países de origem, bem como para prevenir e combater o tráfico de imigrantes, designadamente mediante:

- A criação de uma estrutura orgânica adequada ao suporte das atribuições prosseguidas pelo Serviço e consentânea com a sua dimensão;
- A previsão de uma Directoria-Geral composta por um director-geral e quatro directores-gerais adjuntos;
- A definição precisa das competências do director-geral;
- A previsão de serviços centrais e serviços descentralizados, conferindo a estes últimos a necessária autonomia e flexibilidade para a gestão da comunidade de cidadãos estrangeiros e dos fluxos migratórios;
- A criação de Direcções Centrais que racionalizam e consolidam as várias áreas de actuação do Serviço;
- A definição dos postos de fronteira externa como unidades orgânicas, e das respectivas competências;
- A institucionalização dos postos mistos de fronteira.

## REDUZIR PENDÊNCIAS PROCESSUAIS

O Executivo socialista aprovou, no dia 7, um diploma que altera o decreto-lei que fixa o regulamento da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais. Este diploma procede à criação e instalação de novos círculos judiciais, tribunais e juízos, por forma a responder a situações em que se verifica uma insuficiência estrutural de meios humanos à face do volume de processos entrados, no âmbito de um conjunto de medidas que permitam reduzir para níveis inferiores as pendências processuais.

Sendo hoje possível afirmar que a organização judiciária existente, com alguns ajustamentos nas áreas referenciadas, possui capacidade de resposta para apreciar os cerca de 700 mil processos que anualmente afluem aos tribunais, o Governo considerou «indispensável» adoptar, com carácter de urgência, um conjunto de medidas que permitam reduzir para níveis inferiores no fluxo processual normal as pendências processuais que ultrapassaram o milhão no final de 1999, apesar da



significativa contenção verificada no ritmo de crescimento.

O Executivo afirma que foi possível identificar três situações distintas a merecer

uma intervenção urgente:

- Casos em que se verifica uma clara insuficiência estrutural de meios humanos face ao volume processual determinando

a instalação de novos tribunais ou juízos já previstos no Regulamento de Lei da Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, ou a criação de novos juízos para reforçar os existentes.

- Tribunais com juízos em que, existindo meios adequados à tramitação do volume processual corrente, existe uma pendência superior a 1.500 processos por juízo o que determina a nomeação de juízes auxiliares pelo período estritamente necessário à regularização do movimento processual;
- Tribunais com juízos em que se verificou em 1999 a distribuição de mais de mil processos por magistrado o que, na impossibilidade de nomeação em todos os casos de juiz auxiliar ou de alteração da estrutura do tribunal, justifica a nomeação de assessores, a recrutar nos termos de diploma a aprovar brevemente, para apoio aos magistrados.

Este diploma adopta as medidas necessárias à resolução da primeira das situações acima enunciadas, permitindo uma resposta adequada ao movimento processual existente.

## A MARCA DO PS

**A** Assembleia da República aprovou no dia 6, em votação final global, a descriminalização do consumo de drogas.

O texto final da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias foi aprovado com os votos favoráveis do PS, PCP, PEV e BE e os votos contra do PSD e CDS/PP.

A nova Lei é baseada na proposta do Executivo e no projecto do PCP sobre a matéria.

Os projectos de lei do Bloco de Esquerda e dos deputados da Juventude Social Democrata que previam a despenalização do consumo de drogas foram rejeitados na votação na generalidade.

Por seu turno, o diploma do BE foi rejeitado com os votos contra do PSD, CDS/PP e dos deputados independentes da bancada socialista Cláudio Monteiro, Maria do Rosário Carneiro e Teresa Venda. O PS, o PCP e seis deputados do PSD (JSD) abstiveram-se. O BE, PEV e 14 deputados do PS votaram a favor.



O projecto de lei da JSD foi rejeitado com os votos do PS, PSD, PCP e CDS/PP. Registou a abstenção do BE, 16 deputados do PS e dois do PSD. Votaram a favor apenas 14 deputados do PSD.

### Novo regime de financiamento dos partidos

Também na quinta-feira passada o Parlamento aprovou, em votação final global,

um novo regime de financiamento dos partidos políticos.

O texto, apresentado pela Comissão dos Assuntos Constitucionais e baseado numa proposta governamental e num projecto do PSD, foi aprovado com os votos favoráveis dos dois maiores partidos. As restantes bancadas votaram contra.

O novo regime reduz os limites de despesas com as campanhas eleitorais, quadruplicando as subvenções estatais atribuídas pelo Estado às forças políticas.

Fica proibido o financiamento dos partidos por empresas e passa, por outro lado, a ser obrigatório a apresentação de orçamentos de campanha antes da sua realização.

A Assembleia da República aprovou igualmente, por unanimidade, o texto baseado nos diplomas do Governo, PSD e PCP que estabelecem o Regime Jurídico do Referendo Local.

### Reforma da Segurança Social

Ainda na sessão parlamentar do passado dia 6 a Assembleia da República aprovou, em votação final global, uma nova Lei que estabelece as Bases Gerais do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social.

O diploma obteve os votos favoráveis do PS, as abstenções do PCP, BE e PEV e os votos

contra do PSD e CDS/PP.

O texto saído da Comissão Parlamentar do Trabalho aumenta as pensões do regime geral para um mínimo de 40 contos até 2003. Prevê também a possibilidade de descontos para sistemas de capitalização públicos, mediante parecer do Conselho Económico e Social, no caso de ficar provado que isso ajuda à sustentabilidade do sistema.

### Executivo autorizado a avançar com Polis

O hemiciclo de São Bento deu luz verde, ainda no passado dia 6, em votação final global, à proposta de lei que autoriza o Governo a criar um regime excepcional para as sociedades gestoras das intervenções previstas no Programa Polis.

O diploma sobre o Programa Polis de recuperação urbana de 18 cidades do País foi aprovado com os votos favoráveis do PS, a abstenção do Bloco de Esquerda e os votos contra dos restantes grupos parlamentares.

Com esta votação terminaram as votações agendadas para a passada quinta-feira, restando apenas a marcação pela conferência de líderes parlamentares de um plenário extraordinário para votar um conjunto de diplomas sobre imigração.

## MELHORAR PROTECÇÃO SOCIAL PARA AUMENTAR BEM-ESTAR DOS PORTUGUESES



O deputado do PS Afonso Lobão afirmou na Assembleia da República que «nos últimos quatro anos o Governo do PS fez avançar medidas fundamentais que

permitiram não só melhorar o nível de protecção social dos portugueses, mas também na adopção de medidas estruturais que se traduziram no reforço do sistema público da Segurança Social, e da sua relação com os particulares».

Em primeiro lugar, frisou, «adoptando uma política de rigor e transparência na gestão da Segurança Social, credibilizando o sistema e fazendo do combate à evasão contributiva e à fraude no acesso às prestações sociais, uma das suas prioridades».

Depois, adiantou, «no cumprimento do estabelecido na actual Lei de Bases da Segurança Social, transferindo do Orçamento de Estado para o Orçamento da Segurança Social as verbas para o regime não contributivo, para o regime especial das actividades agrícolas e para a acção social».

Segundo sublinhou o deputado da bancada socialista, durante a legislatura anterior o Orçamento de Estado transferiu 1300 milhões de contos para o Orçamento da Segurança Social, «contribuindo para o

reforço da capitalização e acabando assim com uma situação insustentável ao nível do seu financiamento».

### Crítérios de selectividade e justiça social

O deputado do PS destacou em terceiro lugar, no que diz respeito às medidas fundamentais levadas a cabo os últimos quatro anos, a implementação de «crítérios de selectividade e justiça social» no regime de prestações sociais, bem como a instituição do «Rendimento Mínimo Garantido, medida destinada a garantir um nível mínimo de subsistência a todos os cidadãos, que hoje é aceite por todos e que, sem dúvida, promove a coesão social».

Afonso Lobão destacou ainda a prioridade que foi dada ao combate à pobreza e exclusão social e ao apoio às crianças, idosos e pessoas com deficiência, bem como ao reforço das dotações para equipamentos sociais.

Relativamente ao conjunto de diplomas em discussão na sessão plenária e que visam a alteração da Lei de Bases da Segurança Social, Afonso Lobão referiu que «é uma reforma estrutural que pretende, à semelhança do que hoje se verifica na Europa, melhorar a protecção social aumentando a eficácia e a sustentabilidade financeira do sistema». **J. C. CASTELO BRANCO**

## A INCOMPORTÁVEL LIGEIREZA DA OPOSIÇÃO

O GP/PS votou contra dois projectos de resolução, um do PSD e outro do Bloco de Esquerda, relativamente ao encerramento da Maternidade de Ovar, por considerá-los desprovidos de qualidade na argumentação a ligeireza com que «laranjas» e «bloquistas» abordam um assunto

«demasiado sério», o deputado socialista João Sobral considerou, no dia 29 de Junho, no Parlamento, que «tanto o PSD como o BE, comprometidos com iguais compromissos eleitorais, que no momento próprio não tiveram a capacidade de avaliar correctamente, avançam agora com uma tentativa de resolução de compromissos que assumiram irresponsavelmente, procurando dar por encerrado este episódio».

Classificando de «espantosas» ambas as propostas de resolução apresentadas na Assembleia da República, o parlamentar do PS deixou claro que «a decisão de encerramento da Maternidade de Ovar é sustentada não em medidas economicistas, mas sim em parecer técnico, aplicável a todo o País».

Segundo explicou João Sobral, o correcto funcionamento de uma maternidade deve

satisfazer, entre outros requisitos, os de possuir laboratórios de análises clínicas, serviço de transfusão de sangue, anestesista e pediatra com competência em Neonatologia disponíveis 24 horas por dia. «É também consensual que um serviço de Obstetrícia deve ter um movimento mínimo de cerca de 1500 partos por ano, de molde a garantir a qualidade dos serviços prestados», disse, esclarecendo que, o que estava em apreciação, relativamente à maternidade de Ovar, era definir se «uma maternidade com um movimento de cerca de 750 partos/ano deveria receber os investimentos necessários à garantia da prestação de cuidados de saúde de qualidade, ou se, verificando-se que o novo Hospital de Santa Maria da Feira, localizado a menos de 30 minutos de Ovar e possuidor de um serviço de Obstetrícia com qualidade e capacidade de resposta, passaria a ser o serviço de referências para as parturientes do concelho de Ovar».

A opção pela segunda hipótese foi feita, no entender do deputado do GP/PS, «em exclusivo benefício das utentes e como consenso dos profissionais, cuja qualidade e competência nunca foi posta em causa».

MARY RODRIGUES



DEPUTADO MEDEIROS FERREIRA

Presidência portuguesa da UE

## COMPETÊNCIA E SERIEDADE



«A presidência portuguesa (da UE) não foi um mero exercício de estilo, nem apenas uma obrigação de calendário».

As palavras são do deputado socialista José Medeiros Ferreira, proferidas no passado dia 6, na Assembleia da República, por ocasião do encerramento do debate sobre a presidência portuguesa da UE.

Segundo o parlamentar do PS, a «forma positiva, séria e competente como o Governo, presidido por António Guterres, cumpriu o seu dever, projectou o bom nome de Portugal na Europa e no resto do mundo, desde os EUA à Rússia, passando pela Cimeira Euro-Africana e pelas relações com o Mercosul», frisou. Lembrando que a presidência portuguesa da UE se defrontou, desde o início, com algumas dificuldades às quais soube fazer face com sucesso, Medeiros Ferreira fez referência expressa às mais significativas.

Ao citar em primeiro lugar a «questão austríaca», o deputado do GP/PS salientou «a perícia com que o primeiro-ministro, António Guterres, geriu a dificuldade» criada pela participação de um partido de extrema-direita, com posições xenófobas e antieuropeístas, no Executivo da Áustria. Para José Medeiros Ferreira, a estratégia seguida pela presidência portuguesa foi muito bem sucedida, tanto que a presidência francesa não procedeu a alterações, inserindo-se numa «linha de continuidade assinalável».

Quanto à segunda problemática – a questão institucional – o parlamentar socialista afirmou

que «o Governo português não se deixou enredar por essa esquizofrenia mental, respondendo à filosofia com filosofia e às argúcias com um exaustivo relatório de mais de cem páginas sobre a reforma institucional. «Este mapa tão minucioso muito ajudará, certamente, a presidência francesa a orientar-se, interna e externamente, na condução da Conferência Intergovernamental», considerou. Medeiros Ferreira não deixou de referir os logros alcançados pela presidência portuguesa relativamente à política de segurança e defesa comum, e aos passos dados no combate à descrença generalizada na obrigatoriedade da coesão económico-social no seio da União.

«Deste ponto de vista, a Cimeira extraordinária de Lisboa foi motivo de satisfação para todos os que pretendem uma Europa solidária, de progresso social, e de promoção da educação, do conhecimento, da ciência, da tecnologia e da dignidade humana», disse. O deputado destacou ainda o calendário definido em Vila da Feira e que fez sair do impasse a questão da futura harmonização fiscal da Europa, comentou as dificuldades relacionadas com as regiões ultraperiféricas e falou do complexo problema do alargamento da UE, dada a diferença entre os países candidatos.

Reiterando mais uma vez a visão estratégica da presidência portuguesa da União Europeia, José Medeiros Ferreira saudou a postura assumida pelo Executivo de Guterres nesta matéria, ao manter a pressão para que esse alargamento se faça tendo em conta o mérito individual de cada país e a harmonia de toda a União.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO CARLOS ZORRINHO

Presidência da UE

## PORTUGAL FOI PIONEIRO AO COLOCAR O EMPREGO NO CENTRO DO DEBATE EUROPEU



«A presidência portuguesa da União Europeia caracterizou-se por um elevado nível de desempenho técnico e político, que reforçou a credibilidade de Portugal como parceiro na

primeira linha do projecto europeu», afirmou no dia 6, na Assembleia da República, Carlos Zorrinho, deputado da bancada do PS, acrescentando que «na generalidade das matérias em agenda e em particular no difícil "dossier" institucional, a prestação portuguesa ficou marcada por significativos e unanimemente reconhecidos avanços». Para o futuro, adiantou, «a presidência portuguesa legou também um marco fundador e prestigiante, ao permitir definir uma estratégia global de afirmação competitiva no espaço europeu, naquela que já é hoje oficialmente reconhecida como a "Estratégia de Lisboa"».

Segundo sublinhou, «Portugal foi

reconhecidamente pioneiro ao colocar o emprego como um tema central do debate europeu».

Para o deputado do GP/PS, «só a prevalência de um modelo competitivo em que a equidade social seja um factor de vantagem, permitirá à Europa resistir às pressões para capitular perante a massificação, a erosão da identidade e o triunfo tecnocrático».

Portugal, sublinhou, «deu um forte impulso na definição desse modelo. Um modelo que colo-ca o indivíduo no centro das políticas da União».

Por outro lado, Carlos Zorrinho referiu que «em consonância com as prioridades da sua participação europeia, o Governo português colocou a preparação do País para ser competitivo na sociedade da informação e na economia do conhecimento como uma aposta decisiva para atingir o objectivo de colocar Portugal na média dos índices europeus de desenvolvimento no espaço de uma geração».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADA ROSA MARIA ALBERNAZ

Animais

## LEGISLAÇÃO SOBRE ESCOLAS DE TREINO DE CÃES EM PREPARAÇÃO



A deputada socialista Rosa Albernaz está a preparar um projecto de lei, a apresentar na próxima sessão legislativa, no sentido de extinguir algumas escolas de treino

de cães em Portugal, entre outros propósitos. Tomando como exemplos as legislações sobre a matéria em vigor em países como a Dinamarca e a Alemanha, Rosa Albernaz conta apresentar já em Setembro um documento que regule, nomeadamente, a situação dos «cães de laboratório», no nosso país.

Em declarações à Imprensa, a deputada do

PS disse, quinta-feira passada, que o projecto «está em fase de elaboração e ainda vai ser colocado à consideração de outros três elementos eleitos pelo Partido – Maria Santos, Barros Moura e Francisco Torres –, para que possa ser apresentado como um projecto da bancada socialista».

Conhecida como uma defensora acérrima dos direitos dos animais, Rosa Maria Albernaz quer ver extintas algumas das escolas de treino de animais e revista a situação dos «cães de laboratório», partindo da premissa de que «não existem raças perigosas».

«Os homens é que treinam os animais para que sejam perigosos e isso tem de acabar», frisou.

IMIGRAÇÃO

26 de Julho

## PLENÁRIO EXTRAORDINÁRIO

O plenário da Assembleia da República vai reunir-se extraordinariamente no próximo dia 26 para debater os diplomas do Governo, PCP e Bloco de Esquerda sobre imigração.

A decisão foi tomada na conferência de líderes de sexta-feira, que agendou a reunião da comissão permanente – órgão que substitui o plenário no período de férias parlamentares – para hoje.

A comissão permanente terá um período de antes da ordem do dia e poderá contar com a

presença do ministro de Economia e Finanças, Pina Moura, para debater a questão da Lisnave.

A conferência de líderes parlamentares agendou um plenário extraordinário para 12 de Setembro para um sessão solene de boas-vindas ao rei de Espanha, que visita oficialmente Portugal.

As férias parlamentares iniciaram-se no passado dia 7 e decorrem até 15 de Setembro, de acordo com o prazo constitucional.

# O PS CONTA CONSIGO

Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTEs CONTAS:

**Nova Rede** - Conta nº 00237931010 - NIB 003300000023793101005

**CGD** - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097

**BES** - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278



## CEM MILHÕES PARA PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO JÁ EM AGOSTO

**A** ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, assinou no dia 11, em Bruxelas, 12 dos 19 programas operacionais que compõem o III Quadro Comunitário de Apoio (QCA III). Três meses após a definição das regras e prioridades nos investimentos no âmbito do QCA III, Elisa Ferreira assina a maior parte dos programas operacionais, cerimónia em que foi acompanhada pelos seus homólogos da Economia, Pina Moura, e da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, enquanto a representar a Comissão Europeia estará o comissário da Política Regional, Michel Barnier.

Conforme foi já adiantado pela governante, em Agosto será possível a Portugal receber a primeira tranche dos fundos do QCA III, que ascende a 100 milhões de contos. Os apoios comunitários do QCA – excluindo portanto os do Fundo de Coesão e os das Iniciativas Comunitárias – totalizam 4,117 mil milhões de contos, sustentando um investimento global de 8,460 mil

milhões de contos, que inclui ainda 2,459 mil milhões de contrapartidas nacionais públicas e 1,884 mil milhões provenientes da iniciativa privada.

No dia 11 foram assinados todos os Programas Operacionais Regionais (POR), além do Programa Operacional da Economia (POE), da Ciência e Tecnologia (POCT), da Sociedade de Informação (POSI), da Saúde (POS) e da Cultura (POC). Entretanto, hoje, Lisboa é palco da assinatura dos programas operacionais do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, bem como o Programa de Educação.

Por formalizar, o que deverá acontecer até ao final de Julho, ficam os Programas Operacionais da Agricultura, das Pescas, das Acessibilidades e Transportes e do Ambiente, pendentes de negociações técnicas com Bruxelas, que correspondem a 1,514 mil milhões de contos, de investimento total, com uma comparticipação comunitária de 626

milhões de contos.

Os POR das sete regiões – Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira – tem associado um investimento global de 2,572 mil milhões de contos, seis vezes superior ao registado no anterior QCA – 462 milhões –, dos quais 1,662 mil milhões de contos, provenientes dos ministérios nacionais.

Neste investimentos estão ainda incluídas intervenções municipais e intermunicipais – 633 milhões de contos – e as Acções Integradas de Base Territorial, para as quais estão destinadas 277 milhões de contos. Estas acções são intervenções específicas, para desbloquear problemas de desenvolvimento que se arrastam, como é o caso da barragem do Alqueva, que contará com 77 milhões de contos.

### Norte será a região com maior investimento

O Norte será a região com maior

investimento – 3,290 mil milhões de contos, ou seja mais 66 por cento em média anual *per capita* do que no QCA II –, enquanto Lisboa e Vale do Tejo, por causa da situação de transição em que está (*phasing-out*) verá o investimento global cair 29,1 por cento, ainda assim sendo a terceira região (1323 milhões de contos).

Em 2003, ano em que será feito um controlo intercalar da execução do QCA III pela Comissão Europeia, poderão ser canalizados mais apoios aos projectos de desenvolvimento, através das chamadas reservas de eficiência – 338 milhões de contos – e de programação, em função da avaliação que venha a ser feita por Bruxelas.

Para os programas sectoriais, a UE canalizará 1,403 mil milhões de contos, para apoiar um investimento total de 3,303 mil milhões de contos, durante os seis anos que durará o III QCA, sendo a média da taxa de comparticipação comunitária de 50 por cento.

## GOVERNO SENSIBILIZA BRUXELAS PARA AUMENTAR A NOSSA QUOTA DE LEITE

**O** Governo está a tentar sensibilizar as autoridades comunitárias para a necessidade de aumentar a quota de produção de leite atribuída a Portugal no seio da União Europeia (UE), após o aumento exponencial da produção nos Açores.

Portugal pretende ver a quota aumentada em 70 mil toneladas, valor igual ao excesso de produção deste ano relativamente aos 1,863 milhões de toneladas anuais autorizadas por Bruxelas até 2006.

Lisboa tenta assim evitar as pesadas sanções (devolução de cinco milhões de contos de apoios) decretadas este ano por Bruxelas aos produtores açorianos, responsáveis pelo excesso de produção nacional.

Trata-se de encontrar «soluções que permitam a prazo estabilizar a produção em quotas aceitáveis» que «não representem um decréscimo daquilo que é a produção açoriana, mas que sejam também compatíveis com a política leiteira da UE», explicou o ministro dos Negócios Estrangeiros.

### Diversificar culturas

Jaime Gama, que no dia 11 manteve encontros separados em Bruxelas com o comissário responsável pela Agricultura, Franz Fischler, e com o presidente da



Comissão Europeia, Romano Prodi, advertiu, contudo, que é preciso simultaneamente «programar políticas de diversificação de culturas» para que «a estabilização de uma quota leiteira razoável para os Açores possa vir a ser validada no quadro da UE».

Para já, as negociações entre o Governo português e as autoridades comunitárias centram-se apenas nas verbas que os produtores açorianos terão que devolver aos cofres de Bruxelas pelo excedente de produção verificado.

No sentido de evitar constrangimentos financeiros para os produtores, o Governo

deu já «instruções para que as indústrias de lacticínios não comecem a pagar as chamadas multas enquanto prosseguir a negociações complexa e difícil em curso», explicou Gama.

Para vencer a inflexibilidade das autoridades comunitárias, que se mostraram já intransigentes em casos análogos, foi já definido como argumento negocial a especificidade do caso açoriano no contexto europeu.

«Estamos a procurar argumentar com a noção de que a ultraperiferidade contemplada no Tratado de Amesterdão deve ter aqui uma área própria de actuação.

Não faz sentido comparar o que é a importância da produção pecuária em regiões ricas com o valor económico da produção pecuária numa região como os Açores que é das mais pobres da Europa», explicou.

Em Abril a Comissão Europeia divulgou previsões sobre a produção leiteira nos Estados-membros (de Março de 1999 a Março de 2000), que já antecipavam a existência de um excesso de produção em Portugal, sobretudo nos Açores, e a consequente imposição de penalizações aos produtores nacionais.

Na origem do excesso de produção identificado em Portugal está, concluiu a Comissão, a alteração do equilíbrio «aritmético» existente até aqui entre a redução no Continente e nos Açores que, no seu conjunto, garantiam o respeito pela quota imposta por Bruxelas, 380 milhões de litros.

O habitual excedente na produção de leite nos Açores, um sector fundamental na economia do arquipélago, era compensado com a manutenção dos níveis de produção no Continente.

Este ano, porém, verificou-se um «acréscimo sensível» na produção de leite, «tanto nos Açores como no Continente», e o executivo comunitário decidiu avançar com penalizações aos produtores em incumprimento.

## SAJE 2000

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 7, na generalidade, ficando a aguardar o termo do prazo de pronúncia dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, a resolução que cria o SAJE 2000.

Trata-se de um conjunto de programas e medidas de apoio aos jovens empresários no âmbito do Plano Operacional de Economia do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (III QCA).

O Governo deu ainda luz verde para a constituição de um grupo de missão com o objectivo de, no âmbito do SAJE 2000, promover e estimular a iniciativa empresarial dos jovens

No âmbito do III QCA, nomeadamente no Plano Operacional de Economia, regulamentado pelo decreto-lei n.º 20-B/2000, de 5 de Maio, surgem novas medidas de apoio aos jovens empresários, no quadro de um programa mais vasto de apoio às pequenas e médias empresas.

As especificidades relativas a uma política de fomento da iniciativa empresarial dos jovens justificam, segundo o Executivo socialista, a criação de uma estrutura de enquadramento das diversas medidas, acções e programas de apoio a jovens empresários.

Nesse sentido, é agora criado o SAJE 2000 (Sistema de Apoio a Jovens Empresários - 2000), no âmbito do qual é instituído um grupo de missão, que potenciará sinergias e



assegurar uma acção integrada e eficaz no apoio aos jovens empresários, contribuindo para o bom funcionamento das diversas iniciativas governamentais nesta área.

Ao grupo de missão foram também cometidas as competências relativas à análise, acompanhamento e fiscalização dos projectos relativos ao Sistema de Apoio a Jovens Empresários criado pelo decreto-lei n.º 22/97, de 23 de Janeiro, uma vez que este diploma foi revogado, existindo no actual sistema projectos que ainda não foram objecto de análise ou cuja fase de implementação, acompanhamento e fiscalização dos incentivos e apoios concedidos não está concluída.

### Iniciativa jovem e dinâmica

O primeiro-ministro, António Guterres,

presidiu, no dia 10, em Lisboa, à apresentação do SAJE 2000.

Este programa inclui novas medidas de apoio a esta faixa do meio empresarial que não estavam contempladas no II QCA e que se inscrevem no âmbito dos apoios às PME.

Poderão ser apoiados projectos de investimento promovidos por jovens empresários com idades entre os 18 e os 35 anos, que devem deter pelo menos 50 por cento do capital social.

Apoiados poderão ser, também, projectos no âmbito de parcerias e iniciativas públicas promovidas pelo Grupo de Missão SAJE 2000, tutelado pela Secretaria de Estado da Juventude e pela Associação Nacional de Jovens Empresários.

Na cerimónia de apresentação oficial do SAJE 2000, António Guterres frisou que metade das 30 mil empresas criadas em 1999 em Portugal foram fundadas por pessoas com menos de 35 anos, acrescentando que dez por cento dos fundadores tinham menos de 25 anos.

Guterres, que falava no Centro Cultural de Belém, salientou ainda que metade das empresas foram iniciativa de indivíduos com pelo menos uma licenciatura.

«A globalização da economia e o alargamento da União Europeia a Leste fizeram com que antigos factores de competitividade (como a mão-de-obra barata) estejam esgotados e hoje seja necessário vencer segundo as

regras da nova sociedade, que é baseada no conhecimento», explicou.

O Sistema de Apoio aos Jovens Empresários apoiou 501 projectos entre 1997 e 2000, envolvendo um investimento global de 28,5 milhões de contos, revelou segunda-feira, o secretário de Estado da Juventude.

Miguel Fontes, que falava na sessão de apresentação do SAJE 2000, salientou que os projectos aprovados no âmbito do programa anterior (SAJE 1997) criaram 3112 postos de trabalho.

Os incentivos atribuídos a jovens empresários ascenderam a 10,7 milhões de contos, valor que até ao encerramento do programa, em Setembro deste ano, subirá para 11,3 milhões de contos.

«Nunca nenhum sistema havia proporcionado uma dinâmica tão significativa», sublinhou o governante.

De 1990 a 1996 foram atribuídos 5,7 milhões de contos de incentivos, afirmou.

«Se o anterior SAJE se revelou uma aposta totalmente ganha e correspondida pelos jovens portugueses, na capacidade que demonstrou em atrair e estimular novas iniciativas empresariais», realçou, «estou certo que o SAJE 2000 que agora lançamos será a confirmação em definitivo de que os jovens jogam um papel fundamental na renovação do tecido empresarial (...) cada vez mais competitivo», concluiu Miguel Fontes.

## SOARES SALVA ARQUIVO «INESTIMÁVEL» SOBRE AMÍLCAR CABRAL

O presidente das fundações Mário Soares (FMS) e Portugal-África (FPA) classifica o arquivo sobre Amílcar Cabral, «herói da Independência» de Cabo Verde e da Guiné, «inestimável do ponto de vista histórico».

Na Cidade da Praia onde participou nas comemorações do XXV aniversário da Independência de Cabo Verde, o camarada Mário Soares realçou o trabalho de reconstrução da História contemporânea daqueles dois países, iniciado em Bissau depois do conflito de 1998 pela primeira filha de Cabral, Iva.

«Salvámos um arquivo que sem isso tinha desaparecido», disse, adiantando que as duas instituições que dirige vão continuar o trabalho porque é «importante para a identidade» de Cabo Verde e da Guiné-Bissau.

Questionado sobre a Independência de Cabo Verde, o antigo chefe de Estado português e antigo líder do PS afirmou que, à semelhança do que aconteceu com as outras ex-colónias, «era inevitável depois de 13 anos de guerra».

«Não podia haver outra solução, foi a solução possível. Se Salazar tivesse caído com 15 anos de antecedência teria sido tudo diferente e para melhor para os nossos países», declarou.

«Foi feito assim e foi bem. Hoje somos todos mais ricos, mais fraternos e mais amigos do que éramos no tempo do colonialismo, portanto temos todas as razões para estarmos de parabéns», afirmou.

Soares participou na abertura de duas exposições sobre Amílcar Cabral na capital cabo-verdiana, organizadas com base no trabalho das fundações e que se integram num projecto de salvaguarda de documentos relativos ao líder africano morto em Conacri a 20 de Janeiro de 1973.

O trabalho consta da recuperação, digitalização e fotografia da documentação que existia a monte em Bissau e que começou a ser organizada por Iva Cabral e Aristides Pereira, primeiro presidente de Cabo Verde e companheiro de Amílcar na luta de libertação nacional.

Salientando a «riqueza da documentação» que retrata «um grande líder africano e um

movimento de guerrilha», Alfredo Caldeira, da FMS, disse que a ideia da exposição surgiu de imediato.

Pensada para este ano, a mostra teve a sua primeira apresentação pública integrada nas comemorações do XXV aniversário da independência de Cabo Verde, por solicitação das autoridades cabo-verdianas. Do arquipélago, o técnico da FMS disse que, dado o seu carácter itinerante, será exibida em Bissau e Lisboa, havendo contactos a nível internacional para mostras em outros países.

Com o objectivo de «garantir a memória de uma parte muito importante da História recente da Guiné, de Cabo Verde e de Portugal», Alfredo Caldeira apelou para que as pessoas que tenham documentos os emprestem à FMS e à FPA para que sejam digitalizados e fotografados.

Para integrar o espólio do Memorial a Amílcar Cabral, a FMS oferece «ao povo de Cabo Verde» uma exposição fotográfica e documental com «ênfase no Cabral cabo-verdiano».

Sobre o trabalho de recuperação de

documentos que iniciou há cerca de dois anos, por convite de Aristides Pereira, Iva Cabral disse que se sente realizada.

«Estou realizada» porque com este trabalho «dá-se a possibilidade de muitos investigadores terem documentos originais para poderem trabalhar», disse a historiadora e filha do principal herói cabo-verdiano.

Instada a comentar se actualmente se está a fazer justiça em relação a Amílcar Cabral, devolvendo-lhe o papel que teve na História de Cabo Verde, Iva disse que a «recuperação da sua memória se deve ao facto de a sociedade cabo-verdiana necessitar dela».

«A juventude necessita de exemplos e as pessoas de conhecer a História, porque não existe país sem História e há certas personagens que é impossível apagar, por mais que se queira», declarou, adiantando que Cabral «não precisa que se lhe faça justiça».

A inauguração do Memorial a Amílcar Cabral foi uma das cerimónias incluídas na sessão solene das festividades.

## SEGURO MANIFESTA ESTRANHEZA SOBRE A CONSULTA POPULAR NA ÁUSTRIA

O eurodeputado socialista António José Seguro manifestou no dia 4 a estranheza do seu partido perante a decisão da Áustria em convocar um referendo sobre as sanções que lhe foram impostas pelos seus 14 parceiros, considerando-a como uma prova da força de Jorg Haider. «Mais uma vez se prova que Jorg Haider ainda manda no Governo austríaco, apesar de já não ser o presidente do Partido da Liberdade (FPÖ)», sublinhou o eurodeputado socialista.

António José Seguro, que disse ainda não compreender o posicionamento do chanceler Schuessel nesta questão, escusou-se a comentar as possíveis implicações dos resultados do referendo para a União Europeia (UE) e para os processos de alargamento e reforma institucional actualmente em curso, remetendo uma posição para momento posterior.

«O Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência não deve funcionar como uma mera caixa postal, para onde os Estados enviam os dados descritivos da sua realidade nacional, nem sempre nas melhores condições e no tempo devido», afirmou, no dia 16 de Junho, Sérgio Sousa Pinto.



O eurodeputado socialista falava na sessão plenária do Parlamento Europeu (PE) durante a discussão de um relatório da sua autoria, sobre o alargamento das competências do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência.

Na sua intervenção, Sérgio Sousa Pinto referiu que «aos Estados compete prestar, atempadamente, a colaboração devida ao Observatório».

«Ao Observatório competirá coligir a informação e dar-lhe o adequado tratamento estatístico, beneficiando da comparabilidade dos dados – mas competirá, também, fazer a análise dos dados obtidos, sustentada na experiência e na aptidão técnica dos seus peritos», disse.

Deste modo, adiantou, «a experiência dos diferentes Estados no combate à droga poderá ser mutuamente vantajosa, e os responsáveis políticos disporão de um valioso instrumento de sustentação técnica das suas decisões».

Para o eurodeputado socialista, esta agência europeia «não pode permanecer subaproveitada», uma vez que, sublinhou, «a complexidade das questões relacionadas com a droga e a toxicodependência reclamam, mais do que nunca, a valorização do Observatório

Europeu da Droga».

A eurodeputada socialista Elisa Damião continua apostada numa batalha pelo reforço dos direitos dos trabalhadores europeus, e muito em particular das mulheres.

Assim, Elisa Damião apresentou um relatório sobre a melhoria das condições de segurança e saúde das trabalhadoras grávidas e lactantes no local de trabalho, que foi e aprovado no dia 6, na sessão plenária de Estrasburgo.

Neste relatório, de largo alcance social, que assume a forma de projecto de resolução do PE, a eurodeputada socialista apresenta uma série de propostas no sentido do reforço dos direitos das trabalhadoras europeias.

O aumento da licença de maternidade para 20 semanas, com um período de convalescença obrigatório de oito semanas após o parto, a definição concreta do subsídio adequado (80 por cento do salário) durante a licença de maternidade, uma proibição mais clara do despedimento durante a licença de maternidade e um controlo mais estrito do trabalho nocturno exercido por mulheres grávidas, são algumas das propostas contidas no documento apresentado por Elisa Damião.

J. C. CASTELO BRANCO

### REFORMA FISCAL

UGT lembra

## APLICAÇÃO DOS MÉTODOS INDICIÁRIOS NÃO FOI FEITA

As alterações no IRS e no sigilo bancário anunciadas pelo primeiro-ministro António Guterres «não são uma reforma fiscal, embora sejam positivas», afirmou João Prouença, secretário geral da UGT.

Mesmo em relação às medidas avançadas, o sindicalista «coloca alguns pontos de interrogação».

No que se refere ao sigilo bancário, uma medida imprescindível no combate à fraude e evasão fiscal, e que este Governo teve a coragem de avançar, o que tem originado, tal como se esperava, críticas da direita e dos negócios, o líder da central da Buenos Aires, João Prouença, colocou dúvidas sobre a possibilidade de os contribuintes requererem a suspensão do acesso do fisco às suas contas bancárias.

### Aplicação dos métodos indiciários ainda não foi feita

Ainda em relação ao combate à fraude fiscal, João Prouença lembra que a «aplicação dos métodos indiciários ainda não foi feita» e sublinha o facto da «lei que

obriga a passagem de facturas nos estabelecimentos comerciais não ser respeitada em Portugal», o que permite grandes fugas ao fisco.

Relativamente às medidas no IRS, o secretário-geral da UGT considera que são «positivas e que vão no caminho das propostas da UGT, nomeadamente a redução de escalões do IRS».

No entanto, salienta ainda que o Governo «vai mexer nas deduções que os contribuintes podem fazer e que não se sabe até que ponto isso terá consequências nos rendimentos das famílias».

João Prouença referiu também que «não vê nenhuma medida do Governo no sentido de implementar mecanismos que incentivem a poupança colectiva, ao contrário do que havia sido prometido pelo ministro das Finanças, Joaquim Pina Moura, numa reunião com a UGT».

Finalmente, o sindicalista destaca o facto do Governo socialista não apresentar medidas específicas para o IRC, em particular «de combate à fraude fiscal».

### ECONOMIA

Lisnave

## GOVERNO CRITICA GRUPO MELLO POR CEDER POSIÇÃO A QUADROS DA EMPRESA

O Governo criticou o Grupo Mello por ter cedido a sua posição na Lisnave a quadros da empresa, afirmando que a operação traduz uma «posição de alheamento que contraria os princípios do acordo outorgado com o Estado».

Contudo, «o Governo mantém a sua disponibilidade para contribuir para uma solução sólida para o futuro do estaleiro», afirma o Ministério das Finanças num comunicado em que revela ter sido informado da operação pelo Grupo Mello.

Para as Finanças, o futuro daquela sociedade tem de passar, «necessariamente, pelo reequacionamento da estratégia das empresas do Grupo Lisnave e pela efectiva melhoria da sua gestão».

O ministério de Joaquim Pina Moura lembra, também, que «tem sido desen-volvido um vasto conjunto de contactos, nomeadamente com o grupo alemão Thyssen – actualmente parceiro estratégico da Lisnave – e a Keppel – empresa de reparação e construção naval



de Singapura – no sentido de se encontrar uma solução credível, nomeadamente no plano de gestão, para o estaleiro, que garanta a continuidade sustentável do mesmo e a manutenção dos postos de trabalho».

Por último, as Finanças referem que «vai continuar a ser desenvolvido, para todos os efeitos pertinentes, o trabalho de análise da situação financeira do universo da Lisnave, trabalho esse já iniciado pela Inspeção Geral de Finanças».



## LICENCIADOS E EMPREGADOS

**U**m ano e meio após a conclusão dos cursos, mais de 95 por cento dos licenciados no ano lectivo de 1993/1994 nos cursos de Engenharia, Gestão, Economia, Contabilidade, Educadores de Infância e Professores do 1º ciclo integram a população activa nacional.

Esta é uma das conclusões dos primeiros resultados de um inquérito piloto aos diplomados do ensino superior em 1999, elaborado pelos Ministérios da Educação e do Trabalho e Solidariedade, divulgado no dia 10, em Lisboa, e que para o ano terá continuidade abrangendo todos os cursos, segundo anunciaram responsáveis pelo trabalho.

Para o secretário de Estado do Ensino Superior, José Reis, o estudo é da maior importância por permitir ver «o que está por detrás» do ensino superior, que «continua a ser o melhor argumento para superar os problemas do mercado de trabalho».

Por seu turno, o secretário de Estado do Trabalho e Formação, Paulo Pedroso, sublinhou que o estudo permite contrariar a «ideia feita» de que há muitos licenciados no desemprego.

«Ao contrário do que se diz, em Portugal não há desemprego massivo de diplomados», disse, sublinhando que o número de desempregados com 25 anos diminuiu em cerca de metade no ano passado, relativamente a 1998.

Um mês depois da conclusão dos cursos, perto de 60 por cento dos 10.151 inquiridos (o total de diplomados no ano lectivo de 1993/1994) encontrava-se a trabalhar e destes 55 por cento tinham obtido emprego ainda antes da conclusão do curso, o que representa 22 por cento do total.

### Primeiro emprego em três meses e meio

Três meses e meio é, segundo o estudo, o tempo médio de obtenção do primeiro emprego, embora se verifiquem diferenças conforme os cursos e os estabelecimentos de ensino frequentados.

Quanto à taxa de desemprego verificada em Novembro de 1999, os valores mais elevados são nos cursos de Gestão, com três por cento, e um mínimo nos diplomados nos cursos de professores do 1º ciclo do Ensino Básico (2,2 por cento). Do total de inquiridos, quase 60 por cento são licenciados em Gestão e Engenharia, tendo a taxa de feminização dos licenciados maior incidência nos educadores de infância e professores do primeiro ciclo, mas com bastante incidência também nos cursos de contabilidade e gestão.

Oitenta e quatro por cento dos inquiridos fez o curso correspondente à primeira opção de candidatura ao ensino superior, enquanto as razões que os levaram a optar se prendem com a necessidade de adquirir conhecimentos em áreas de interesse pessoal (79,1 por cento), seguido da



necessidade de desempenhar uma profissão que os realiza pessoalmente (43,8 por cento).

Capacidade para trabalhar em equipa e capacidade de planeamento e organização foram, segundo os inquiridos, as competências mais adquiridas ao longo dos cursos, cuja maioria (69,8 por cento) de alunos não frequentou cursos de formação extracurricular ao longo do curso.

### Diferenças de género...

A repartição por sexos denota, desde as primeiras perguntas, algumas diferenças entre homens e mulheres, sendo que as mesmas começam a acentuar-se no que respeita ao prosseguimento dos estudos. Assim, embora a licenciatura seja o grau académico mais procurado por homens e mulheres, 11,6 por cento dos homens seguiram os estudos de mestrado, contra apenas 4,6 por cento de mulheres, além de que as mulheres predominam nos cursos de educadores de infância e professores do primeiro ciclo do ensino básico.

Quanto às taxas de actividade e inactividade, embora 95 por cento tenham emprego passados 18 meses sobre a conclusão dos estudos, a taxa de desemprego ainda é significativa nesse período atingindo 6,7 por cento.

Em relação à obtenção do primeiro emprego por sexo, os que mais rapidamente se inserem no mercado de

trabalho são os engenheiros homens e predominantemente no sector privado, enquanto os que registam mais tempo de espera são os educadores de infância e os professores do 1º ciclo do ensino básico, o que tem a ver com os concursos, sendo que estes se empregam essencialmente no sector público e nas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

Os professores do 1º ciclo do ensino básico e os educadores de infância são também os que ao longo dos cinco anos acumulam mais empregos, com diferenças significativas no Norte e Centro Litoral e Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto onde a obtenção de emprego é mais facilitada.

No que respeita à forma de acesso dos inquiridos ao emprego actual, as redes de familiares e amigos e as respostas a anúncios ocupam o grosso dos valores (com 28,8 por cento no caso dos homens e 25,8 no caso das mulheres no recurso à rede de familiares e amigos e 21,2 por cento e 12,5 por cento, respectivamente nos homens e mulheres, na resposta a anúncio).

### Maioria tem emprego dependente

Relativamente à distribuição dos inquiridos por situação na profissão cinco anos após a obtenção dos diplomas, 93,1 por cento das mulheres e 89 por cento dos homens

são trabalhadores por conta de outrem, contra 4,6 por cento e 5,8 por cento trabalhadores por conta própria.

Sobre o tipo de contrato, também cinco anos depois de concluídos os estudos, 81,3 por cento dos homens e 66,6 por cento das mulheres estão com contrato de trabalho sem termo e 16,7 por cento dos homens e 23,8 por cento das mulheres têm contrato a termo certo.

No que toca aos vencimentos, homens e mulheres auferem salários desiguais, sendo sobretudo as mulheres quem apresenta salários inferiores a 100 contos, enquanto os vencimentos superiores a 400 contos são essencialmente dos homens.

Além disso, quase 80 por cento das mulheres auferem salários entre os 100 e os 250 contos, contra apenas 54 por cento dos homens, sendo os educadores de infância e os professores do 1º ciclo os que auferem vencimentos mais baixos.

Relativamente a situações de desemprego, a taxa feminina é muito superior à masculina, à excepção dos educadores de infância e professores do 1º ciclo.

Apesar da taxa de desemprego ser baixa, cerca de 46 por cento dos diplomados passaram, em algum momento ao longo dos cinco anos, por períodos de desemprego, embora a situação atinja mais as mulheres, com 55 por cento.

Do total de diplomados, 20,2 por cento viveram ao longo dos cinco anos situações de desemprego de longa duração (um ano).



## Albufeira

### Finalistas dos ATL sobem o Guadiana

No âmbito da sua acção educativa, o município de Albufeira promoveu, no passado dia 7 de Julho, um passeio ao rio Guadiana, para todos os finalistas dos ATL do concelho.



As crianças, que foram acompanhadas pelas educadoras e auxiliares de acção educativa, fizeram dois percursos diferentes: um de barco e outro de jeep. Esta teve como objectivo proporcionar às crianças um dia de diversão e contacto com a natureza.

## Aveiro

### Abate de ulmeiros evita vírus

A Câmara Municipal de Aveiro procedeu, na passada terça-feira, ao corte dos ulmeiros existentes no Largo Maia Magalhães, devido a estarem infectados com um vírus.



O vírus, além de levar à morte as árvores, pode propagar-se a outras espécies existentes na cidade, segundo parecer do Departamento de Biologia da Universidade de Aveiro, que aconselhou o abate.

## Cascais

### Festa do Desporto

A Câmara Municipal de Cascais promoveu no passado fim-de-semana, 8 e 9 de Julho,

a «Festa do Desporto», uma iniciativa que envolveu associações, clubes, escolas e complexos desportivos, proporcionando um conjunto de actividades, abertas a toda a população, como os jogos tradicionais, escalada, remo indoor, patinagem, ciclismo, ténis-de-mesa, ténis, basquetebol, voleibol e ginástica, entre outras.



Esta iniciativa, aberta à população em geral, decorreu no sábado, na escola secundária Fernando Lopes-Graça, na Parede, e no domingo, no complexo desportivo de São Domingos de Rana e escola secundária Fernando Lopes-Graça, na Parede.

## Famalicão

### Inaugurado Museu da Indústria Têxtil

O Museu da Indústria Têxtil, o único do País, abriu no passado dia 3 de Julho as suas portas ao público, em Vila Nova de Famalicão, depois de um investimento de 50 mil contos (250 mil euros) realizado pela autarquia local.



As peças do museu encontravam-se armazenadas no antigo quartel dos Bombeiros Voluntários de Famalicão desde 1989, tendo sido transferidas e expostas nos armazéns da empresa Lanifícios do Outeiro, depois de devidamente adaptadas, por iniciativa da autarquia local.

O museu pretende fazer «uma retrospectiva da indústria que mais caracterizou o Vale do Ave através de um circuito documentado das várias fases de produção», revelou a responsável pela estrutura, Susana Faro. O espólio, que data de 1845, foi cedido

pelos sindicatos, empresas e proprietários e «envolveu um trabalho de anos, desde a restauração à identificação dos documentos e máquinas recolhidas».

«Os objectos foram doados ou cedidos a título de depósito através de protocolos, as máquinas foram totalmente recuperadas, assim como o próprio edifício, que já serviu uma fábrica têxtil», adiantou Susana Faro.

Para aquela responsável, o museu «é único do país no género e atinge a realidade dos têxteis, nunca dissociando Famalicão do Vale do Ave», pelo que inclui o circuito de maquinaria de acordo com a produção, uma parte histórica e um painel sobre fibras têxteis.

Com entrada gratuita e 1200 metros quadrados de exposição, o Museu da Indústria Têxtil pretende abrir um pólo em Riba d' Ave, onde nasceu o têxtil pelas mãos do empresário Narciso Ferreira.

## Penha de França

### Praia para idosos

A Junta de Freguesia da Penha de França, através do seu pelouro de Acção Social, da responsabilidade do camarada Manuel Oliveira Duarte, vai realizar este Verão mais uma edição de «Praia para Idosos».

Trata-se de uma iniciativa destinada aos moradores com idade igual ou superior a 60 anos e que decorrerá nas duas primeiras semanas de Setembro na praia da Costa de Caparica.

Esta é mais uma acção levada a cabo pela Junta de Freguesia da Penha de França, no âmbito da sua política de Acção Social dirigida aos mais velhos da Freguesia.

## Santo Tirso

### VII Festival de Guitarra

O brasileiro Egberto Gismonti e o norte-americano Al Di Meola são dois nomes em destaque no programa do VII Festival de Guitarra de Santo Tirso, que se iniciou na passada sexta-feira e termina a 15 de Julho.

O festival conta ainda no seu programa com nomes cimeiros na área da guitarra clássica, como o japonês Kazuhito Yamashita e o jugoslavo Dusan Bogdanovic.

O brasileiro Egberto Gismonti, com uma extensa obra gravada, na qual funde as raízes da música popular brasileira com a tradição clássica de Heitor Villa-Lobos e o jazz, teve a seu cargo o concerto de abertura do festival.

O segundo concerto apresentou o japonês Kazuhito Yamashita, um virtuoso absoluto com uma extensa discografia de que se destacam algumas transcrições para guitarra de obras sinfónicas, como «Quadros numa exposição», de Fedor Mussorgski, e «O Pássaro de Fogo», de Igor Stravinski.

No terceiro dia, o Brasil voltou a Santo Tirso através de Fábio Zanon, um dos instrumentistas de maior projecção no cenário internacional da guitarra clássica, tendo vencido em 1996 dois dos principais concursos internacionais deste instrumento, o Francisco Tárrega e o GFA International Competition, nos Estados Unidos.

O Trio de Guitarras de Santa Cecília, de Itália, de renome internacional, com um repertório variado que satisfaz a crítica especializada e o público, actua no quarto dia do festival, a 10 de Julho.

No dia seguinte, foi a vez de Dusan Bogdanovic, uma referência incontornável no panorama internacional da guitarra clássica, como instrumentista e compositor.

O Ensemble Panebianco/Del Mónaco, de Espanha, formado por duas guitarras, baixo e percussão, com considerável prestígio internacional apesar da juventude dos seus elementos, actuou no dia 12 de Julho.



O programa do festival inclui também um nome da guitarra portuguesa, com Paulo Soares a levar a Santo Tirso a tradição da guitarra de Coimbra.

O guitarrista David Starobin, nomeado para os prémios Grammy, apresenta-se a 14 de Julho em Santo Tirso acompanhado por um dos nomes fundamentais da história da música do Século XX, o compositor George Crumb.

Starobin e Crumb apresentam em Santo Tirso a obra «Mundus canis», uma das mais recentes peças do compositor norte-americano, para guitarra e percussão.

O Quinteto de Al Di Meola, um dos nomes inquestionáveis da guitarra de jazz dos últimos trinta anos, celebrado pela sua associação ao «jazz-rock» e pelos seus concertos e gravações com outros dois virtuosos da guitarra, Paco de Lucia e John McLaughlin, encerra o Festival de Santo Tirso.

O programa do festival é complementado por vários cursos e «master classes», a cargo de Fábio Zanon, Paulo Soares, Dusan Bogdanovic e David Starobin, assim como um conjunto de exposições e conferências.

Este ano, os concertos vão distribuir-se, pela primeira vez, por três salas, o Auditório da Santa Casa da Misericórdia, na sede de concelho, o Cinema de Vila das Aves e o auditório do Instituto Nun'Álvares, na Freguesia de Areias.

**FAUL**

**Candidatura de Armando Ramalho**

**POR UMA FAUL MILITANTE**

O camarada Armando Ramalho, 50 anos, empresário, militante nº 72957, da Secção de Odiveias, é candidato a presidente da FAUL.

A sua candidatura, sob o lema «Por uma FAUL militante», está em marcha: foi lançado um jornal de campanha e estão a ser recolhidos apoios, que poderão ser enviados para o apartado 271-2676-901 Odiveias.

Armando Ramalho, que se afirma como adversário da Terceira Via, participou na campanha a favor da eleição directa do secretário-geral, fez parte da Comissão de Revisão dos Estatutos e foi um crítico das Convenções.

«Comigo está, frisa, uma equipa militante, competente e formada por militantes com um passado político.»



«Consolidar uma área metropolitana socialista é a minha firme determinação. Não fosse a apatia em que se caiu, não apresentaria a minha candidatura ao próximo acto eleitoral para a FAUL», afirma na sua moção de orientação política.

Afirmado nada ter contra a camarada Edite Estrela, que diz respeitar pelas provas já dadas no plano político e autárquico, Armando Ramalho sublinha que a sua candidatura surge num contexto de ruptura «contra o marasmo e o imobilismo», instalados na FAUL, acrescentando ser necessário que «o partido se areje enquanto é Governo».

Segundo refere no seu jornal de campanha, «a FAUL está ausente» e «não promove mecanismos de efectiva participação política, existindo patamares

intransponíveis a militantes críticos e criativos».

**Estatutos serão cumpridos**

«Como presidente da FAUL, garanto a todos os camaradas que os Estatutos no nosso partido serão cumpridos na letra e no espírito, que o exercício da livre opinião e o voto dos militantes serão respeitados por todo o Partido Socialista», promete.

Para Armando Ramalho, a FAUL tem apenas uma de duas opções: «Ou continua como está – inoperante; ou, em alternativa, rompe com o marasmo actual, ergue a cabeça, enfrenta os reais problemas da grande Lisboa, e, assim, mostrará ao País e aos militantes, capacidade de inovação, energia e acima de tudo determinação».

**J. C. CASTELO BRANCO**

**BRAGA**

**Joaquim Barreto candidato à Federação**

O autarca de Cabeceiras de Basto, camarada Joaquim Barreto, anunciou no passado dia 3 a sua candidatura à Federação de Braga do PS reivindicando ter o apoio da maioria das secções concelhias.

O candidato disse em conferência de imprensa que agrega o «consenso», quer da maioria das secções concelhias, quer das mais numerosas - casos de Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão.

Durante a conferência de imprensa de apresentação do candidato marcaram presença os autarcas de Braga e de Guimarães, Mesquita Machado e António Magalhães, e dirigentes de várias secções que apoiam a candidatura: Amares, Celorico de Basto, Esposende, Vila Nova de Famalicão, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro e Vieira do Minho.

**Consenso não é unanimidade**

O candidato, que se propõe substituir António Silva Reis, salientou que «a palavra consenso não significa unanimidade», pelo que disse aceitar democraticamente uma eventual candidatura oriunda de concelhias descontentes com a actuação da Federação.

«O partido precisa de debate e de confronto de ideias e por isso é salutar que apareçam outros candidatos», sustentou.

Sob o lema «Consenso e Coesão - Fortalecer a Federação», Joaquim Barreto declarou que quer «assumir um papel de charneira e de ligação entre as secções de Residência ou Sectoriais e a Direcção Nacional».

«Também no relacionamento institucional de partido/poder, as federações distritais têm um papel fundamental de apoio e colaboração, que se deseja saudável, de grande seriedade, frontalidade, mas também, de exigência e crítica construtiva», afirmou.

O actual presidente da Federação, António Silva Reis anunciou que não se recandidata a um terceiro mandato, por «razões pessoais e profissionais», tendo o grupo de secções que o apoia divulgado o lançamento da candidatura «consensual» de Joaquim Barreto, com apoio do presidente da Câmara de Guimarães.

**UISEU**

**Junqueiro critica Capucho**

O deputado e presidente da Federação distrital do PS de Viseu, José Junqueiro, acusou no dia 10 o presidente do Grupo Parlamentar do PSD, António Capucho, de «deseonestidade intelectual».

Junqueiro, que é também vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS, justificou as críticas a Capucho com as afirmações feitas por este em Viseu, sábado, quando acusou o Governo de retirar verbas às regiões do interior para investir no aeroporto da Ota.

«O que o deputado António Capucho se esqueceu foi de dizer às pessoas que grande parte do dinheiro que vai ser investido na Ota é oriundo de fundos comunitários específicos e, se não for canalizado para esta obra, não vai para mais algum lado», sustentou Junqueiro.

O deputado socialista lembrou ainda que Capucho fez estas críticas, «sabendo que a localização na Ota foi uma das questões que mereceu o apoio de todos os autarcas da região centro, incluindo os do PSD».

De acordo com Junqueiro, nas críticas que dirigiu ao Governo, Capucho «esqueceu-se ainda de referir que no próximo dia 29 o primeiro-ministro estará em Viseu na apresentação do programa Polis para a cidade, juntamente com o presidente da câmara, do PSD, depois de os sociais- democratas votarem contra a proposta de lei que permite o projecto».

«A verdade é que no último plenário da AR o PSD - juntamente com PCP e PP - votou contra a proposta de lei do PS que deu corpo ao Polis e isso não foi referido pelo deputado António Capucho quando acusou o governo de não investir na região», adiantou Junqueiro.

**VISITE O SITE DO PARTIDO SOCIALISTA**

**http://www.ps.pt**

PAIPS

Paulo Pedroso



## IMPORTANTE INSTRUMENTO DA POLÍTICA SOCIAL DE EMPREGO

O PAIPS vem claramente integrar-se numa nova geração de políticas sociais que, numa lógica de parceria com a sociedade civil, procura cumprir e cumprir, simultaneamente, os objectivos de satisfação das necessidades de protecção social ao mesmo tempo que gera emprego. O lançamento do PAIPS constituiu, do meu ponto de vista, um importante passo no quadro da estratégia política que o Governo tem seguido em Portugal para o campo do emprego. Antes de mais, e como sabem, ele permitirá que sejam colmatadas importantes necessidades que até agora não eram satisfeitas e que sem esta iniciativa continuariam seguramente por satisfazer, como pesados custos no plano das condições de vida dos cidadãos abrangidos – na sua maioria, idosos.

Mas o PAIPS não tem benefícios somente para esses utentes – é fundamental insistir neste ponto. Tal dimensão é reconhecidamente importante – sobretudo quando sabemos que muitos idosos vivem em situações complexas, marcadas pelo isolamento e por dificuldades de ordem vária. Mas gostaria de centrar a minha intervenção noutra vertente, que se prende com as vantagens do PAIPS do ponto de vista das dinâmicas do emprego e do mercado social.

Penso que o estímulo à criação de emprego – com todos os seus inestimáveis reflexos no plano económico e social – constitui um dado fundamental na avaliação do sucesso de uma medida deste tipo. Apoiar a criação de emprego e apoiar, em particular, o emprego social constitui uma linha estratégica fundamental deste tipo de iniciativa política, devendo, como tal, constituir um elemento nuclear da avaliação do seu sucesso.

O PAIPS enquadra-se, assim, naquilo a que tenho vindo a chamar «política social de emprego». Que se relaciona de forma clara com as políticas no âmbito da economia social e do mercado social de emprego, hoje encaradas, sem quaisquer complexos, como uma vertente fundamental das políticas de criação de emprego na Europa. Gostaria, aliás, e a este respeito, de salientar que o PAIPS não aposta apenas no apoio à criação de emprego. Tem a preocupação muito concreta, que é do ponto de vista estratégico essencial, de conceder apoios que são majorados no caso de serem aplicados aos indivíduos que mais necessitam do apoio no capítulo do emprego, aqueles que se encontram numa situação mais vulnerável do ponto de vista da inserção no mercado de trabalho – os beneficiários do rendimento mínimo, os jovens à procura do primeiro emprego, os desempregados de longa duração, as pessoas com deficiência.

E tem também a preocupação de fomentar a igualdade entre homens e mulheres, através da atribuição de prémios de



igualdade de oportunidades. Penso que estes pontos mostram bem a importância deste programa – e de outros deste tipo – na perspectiva do emprego.

Concluída que está a primeira fase de candidaturas a apoios no âmbito do PAIPS, que decorreu em Setembro de 1999, os dados que dispomos constituem indicadores inequívocos das largas potencialidades desta medida para cumprir o duplo fim que está na sua origem: a prestação de cuidados e a criação de emprego. O montante global do investimento dos projectos aprovados pelo PAIPS nesta primeira fase foi de 892 mil contos; o que representa a atribuição de quase 370 mil contos de apoios financeiros. Um esforço financeiro que é, apenas, o início de um processo.

Em relação à vertente da criação de emprego – à qual, como compreenderão, continuarei a dedicar particular atenção –, só com os 19 projectos aprovados nesta primeira fase será possível gerar 131 postos de trabalho, que correspondem à criação de 369 lugares de utentes. São, assim, e analisando estes números no seu conjunto, satisfeitas as necessidades de largas centenas de cidadãos.

Todavia, como sabem, esta é apenas a primeira fase de candidaturas – é importante não esquecer. Em Janeiro de 2000 decorreu já uma segunda fase. Nesta «segunda volta», o número de candidaturas

quase quintuplicou, o que aponta inequivocamente para a relevância deste projecto e para a importância que ele está a assumir em contextos locais muito diversos no sentido da satisfação de necessidades de prestação de cuidados e de criação de emprego.

Das mais de cem candidaturas que então deram entrada nos Centros Regionais de Segurança Social, resultará com toda a certeza o surgimento de várias dezenas de novos projectos aprovados e apoiados. Que farão crescer a dimensão dos apoios concedidos ao abrigo do Programa de Apoio à Iniciativa Privada Social e, de forma correspondente, a sua importância nos dois vectores políticos que enunciei.

Mais apoios, mais beneficiários, mais postos de trabalho. Aos 131 postos de trabalho agora criados somar-se-ão, com toda a probabilidade, muitos outros, beneficiando não só estes cidadãos mas também as famílias e comunidades em que se integram. Penso que todos estaremos conscientes do real significado deste processo. Ele não é mensurável de um ponto de vista estritamente numérico. O significado da criação destes postos de trabalho pode ser fundamental em cada um dos contextos locais em que ela ocorre. Uma larga percentagem deles reporta-se a regiões do interior ou a localidades fora dos grandes aglomerados urbanos, em que a oferta de emprego tende, por motivos sobejamente

conhecidos, a ser mais escassa. As vantagens económicas deste processo são óbvias; mas as vantagens do ponto de vista social e do ponto de vista de cada um dos próprios indivíduos abrangidos são imensas. E, espero, igualmente óbvias.

A promoção do emprego é uma questão decisiva; promover o emprego daqueles que mais dificuldades têm para o obter em locais onde ele tende a ser escasso é um ponto ainda decisivo. Ora, é justamente isto que está a ser feito com os apoios concedidos no âmbito do PAIPS.

Temos, de uma vez por todas, de compreender que as lógicas estritas de mercado nem sempre são suficientes, nem no que diz respeito à criação de emprego, nem no plano da satisfação de necessidades sociais diversas – como sucede, no caso presente, com a prestação de cuidados de serviços aos idosos. E, quando demonstram não o ser, têm forçosamente de ser complementadas com mecanismos de correcção dos desequilíbrios que o seu funcionamento pode gerar – sob pena de abandonarmos quer os potenciais utentes quer os potenciais desempregados à sua sorte. Avançar para o apoio à criação de emprego, nomeadamente em áreas como os serviços de proximidade às famílias, é, por isso, uma opção estratégica. Até porque, como a experiência tem demonstrado, é a todos os títulos preferível subsidiar o emprego do que subsidiar o desemprego.

Este é um tipo de abordagem em que temos de apostar: criar emprego, e sobretudo criá-lo onde é mais necessário e entre aqueles que mais dificuldades têm em obtê-lo, no quadro de processos que visam satisfazer necessidades sociais das populações e aprofundar as dinâmicas de protecção social. É, precisamente, esta a lógica que está na base das iniciativas no âmbito genérico do Mercado Social de Emprego, como o PAIPS.

Não queria terminar sem antes saudar todos aqueles que, de modo mais directo, estão envolvidos na aplicação deste programa. Antes de mais, naturalmente, o IEFP e o IDS, que estiverem na base da sua implementação. Mas, sobretudo, aqueles que com as suas iniciativas locais se candidataram aos apoios concedidos, abrindo assim caminho à concretização no terreno dos objectivos políticos na base do PAIPS.

A adesão, claramente crescente um pouco por todo o país, a este programa de apoios por parte de instituições da sociedade civil, é, por isso, algo com que temos de nos congratular. Não tenho, assim, dúvidas em afirmar que estamos perante um indicador extremamente positivo para o futuro das políticas de emprego em Portugal.

Discurso proferido pelo secretário de Estado do Trabalho e Formação no lançamento do PAIPS – Programa de Apoio à Iniciativa Privada, no dia 7 de Julho, em Lisboa, no Fórum Píccas.



SAJE 2000

Miguel Fontes

## ESTIMULAR E INCENTIVAR A CAPACIDADE EMPREENDEDORA DOS JOVENS



**E**stamos hoje aqui para apresentarmos o novo quadro de apoio aos jovens empresários no âmbito do III QCA: o SAJE 2000. Este é, sem dúvida, um momento de particular satisfação para quem no Governo tem a responsabilidade de promover e concretizar uma política de juventude. Política entendida, desde sempre, como global e horizontal, e no pressuposto de que os jovens não são meros destinatários passivos de programas ou de iniciativas, mas antes, os seus principais sujeitos e actores.

Política que faz da participação, da iniciativa, e da criatividade, os valores essenciais em que se baseia e estrutura. É também neste quadro que o SAJE 2000 deve ser entendido: um instrumento que apoia, estimula e incentiva a capacidade empreendedora dos jovens, mas não a dispensa ou a anula.

Muitas vezes, porventura, demasiadas vezes, os discursos sobre os jovens oscilam entre uma retórica vazia e glorificante da condição juvenil; outras há, em que ao contrário, e, por momentos, jovem e «problema social» se assumem quase como sinónimos.

O primeiro, tem a sua expressão máxima na estafada e repetida frase de que os «jovens são os homens de amanhã», afirmação em nome da qual, voluntária ou involuntariamente, se lhe adia um presente, negando hoje os seus espaços de afirmação e de participação social; o

segundo, quando incapaz de descobrir qualquer cor nos seus quotidianos, mais não vê do que um presente traçado a preto e branco, reduzindo o jovem à simples condição de espectador do seu próprio futuro.

Uma e outra abordagem mais não são do que a face de uma mesma moeda, em que ambas partilham do mesmo erro estratégico e de concepção: a incapacidade de verem nos jovens um recurso social de valor inestimável.

Mas porque é de moedas que hoje aqui estamos para falar, permitam-me que me recente no SAJE 2000.

Quis o governo, como é sabido, concentrar todos os apoios à actividade empresarial num único programa – o POE. Esta opção decorre da convicção de que as empresas são o princípio e o fim para um desenvolvimento sustentado da competitividade e da economia portuguesa. Apesar dos apoios aos diferentes sectores da actividade empresarial se concentrarem todos num único instrumento, o Governo reconheceu a importância de criar mecanismos de atractividade e de diferenciação para os jovens.

Quando é sabido que vivemos ainda em Portugal numa cultura que ao risco prefere a segurança; à iniciativa prefere a resignação; à criatividade prefere a rotina; facilmente se percebe a importância de estimular, incentivar e apoiar a capacidade empreendedora dos jovens.

O SAJE 2000, conjugando os apoios

directos à criação e expansão de empresas de jovens empresários, através de incentivos majorados e critérios de valorização específicos, com os apoios à envolvente em que estas se movem, assume-se como o portal de acesso dos jovens às oportunidades e desafios que a actividade empresarial encerra. Queremos assim, com o SAJE 2000, apoiar os que já iniciaram a sua actividade empresarial, mas também, os que com ideias, arrojo e iniciativa se sintam motivados para apostarem na criação e desenvolvimento dos seus projectos empresariais. Não aproveitar o enorme potencial criador e criativo de tantos e tantos jovens seria um enorme erro estratégico.

Mas, este não é um sistema de favor. A mesma exigência, rigor e qualidade que caracterizam o anterior sistema de apoio aos jovens serão, por certo, características fundadoras e incontornáveis dos projectos a apoiar no agora SAJE 2000.

Se não vejamos: o SAJE 2000 sucede a um sistema que criado em Janeiro de 1997, e tendo tido por objectivo o apoio a projectos de criação, expansão e modernização de empresas detidas maioritariamente por jovens empresários, permitiu até hoje aprovar 501 projectos, a que correspondem investimentos no montante de 28,5 milhões de contos, e um volume de incentivos de 10,7 milhões de contos, valor que até ao seu encerramento final ascenderá a 11,3 milhões de contos, respeitando-se assim escrupulosamente o

compromisso assumido pelo Governo. Sublinhe-se também que este contribuiu para a criação de 3112 novos postos de trabalho.

Estes são os valores ímpares! Nunca nenhum sistema havia, no passado, proporcionado uma dinâmica de investimento tão significativa. De 1990 a 96 foram atribuídos 5,7 milhões de contos. De 97 a 2000, permitam-me que repita, 11,3 milhões de contos.

Se o anterior SAJE se revelou uma aposta totalmente ganha e correspondida pelos jovens portugueses, na capacidade que demonstrou em atrair e estimular novas iniciativas empresariais, estou certo que o SAJE 2000 que agora lançamos será a confirmação em definitivo de que os jovens jogam um papel fundamental na renovação do nosso tecido empresarial e na construção de um Portugal cada vez mais moderno e competitivo.

Fazer com que Portugal vença o atraso estrutural que nos separa ainda do centro da Europa, objectivo primeiro repetidamente reafirmado pelo primeiro-ministro, implica, assim, uma nova geração de portugueses. (Por certo) mais preparados na qualificação escolar e profissional, mas sobretudo e também, mais preparados na capacidade criativa e criadora, na autoconfiança, e num espírito de maior solidariedade e responsabilidade.

Intervenção do secretário de Estado da Juventude, na apresentação do SAJE, no âmbito do III QCA, no Centro Cultural de Belém, dia 10 de Julho.

ACTUALIDADE

Jorge Coelho

## O TOCA E FOGE



**A**o ver e ouvir a entrevista que Constança Cunha e Sá fez na TVI ao Senhor Professor Cavaco Silva, o Senhor Professor quis-nos fazer crer que está longe do «nunca tenho dúvidas e raramente me engano». Mas ao contrário, afinal, está tão perto. Os objectivos são os mesmos, a estratégia é que mudou. Senão, vejamos. Nem o elogio à presidência portuguesa da União Europeia foi novidade. O Senhor Professor Cavaco Silva anda a repetir-se sistematicamente nos dois últimos anos.

Depois da travessia no deserto provocada pelo desgaste da governação do PSD e pela derrota nas eleições presidenciais, o Senhor Professor Cavaco Silva tem seguido uma estratégia de guerrilha permanente: em determinados momentos sai do esquecimento e, pensando que já está na hora, recorre à comunicação social e tenta marcar uma intervenção política.

É a estratégia do «toque e foge». E a maior parte das vezes, devido às reacções pouco

abonatórias, «foge» novamente.

Estas intervenções têm procurado ter uma justificação: sempre que o dr. Durão Barroso, o seu delírio, passe por momentos difíceis ou precise de apoios, surge o terreiro o Senhor Professor Cavaco Silva, figura tutelar social-democrata, parecendo que o defende a todo o custo. Foi assim quando a actual liderança do PSD foi contestada, foi assim no debate mensal realizado há pouco mais de um mês, foi assim na semana passada no debate do estado da nação e foi agora na véspera da moção de censura. Como o Senhor Professor raramente se engana, tem de fazer de conta que cumpre esse papel. Na entrevista que concedeu à TVI, o Senhor Professor Cavaco Silva mostrou que é um político experiente e que segue com rigor os conselhos que recebe dos especialistas de marketing que, tal como ele, sabem da matéria.

Em primeiro lugar, a modéstia. Que bom que foi ouvi-lo. Modesto na avaliação dos seus atributos, nomeadamente no que se refere

às suas capacidades de comunicação, o Senhor Professor Cavaco Silva dá continuidade à «imagem de marca» que sempre tentou consolidar. Não é político, mas nunca deixou de fazer política. Não lê jornais, mas a sua visibilidade passa pela comunicação social e até já faz apelos aos jornalistas... Não sabe de marketing, mas não deixa de utilizar as técnicas mais apuradas de falar para uma audiência difusa. Começa sempre por dizer o que a audiência gosta de ouvir (o Governo português portou-se bem na presidência portuguesa) e depois passa a lançar algumas farpas. Só que, mais uma vez, recorre ao «toque e foge». Um exemplo concreto: a política do preço dos combustíveis não é correcta, mas confrontado se aumentava o preço da gasolina foge à pergunta. Apoia o levantamento do sigilo bancário, mas em simultâneo com a baixa dos impostos do trabalho e dos rendimentos, sem dizer com qual varinha mágica e porque não o fez quando era primeiro-ministro. A questão do emprego já era discutida nas cimeiras europeias no início

dos anos 90, mas não explicou como deixou, nos seus Governos, os índices do desemprego serem os mais elevados desta década. Até uma súbita e inédita preocupação pelos problemas sociais e pela aposta nos recursos humanos apareceu nesta entrevista. Em que outra entrevista recente já tinhamos ouvido este tema?

Teve pois esta entrevista toda a subtilidade. Quis parecer uma coisa, mas foi claramente outra. O Senhor Professor Cavaco Silva tem profundas saudades do exercício do poder. Tem profundas saudades de ser Poder. Ou muito me engano ou neste momento está com uma grande dúvida. Quer tentar regressar, mas ainda não decidiu bem para onde.

Candidato, já, a Presidente da República? Candidato no próximo mandato? Candidato a primeiro-ministro?

A vontade é enorme, os apelos condicionam-no, e o coração balança. Mas que os ingredientes estão lançados ficou claro na entrevista dada à TVI.

# «Expresso»

POPULISMO

Paulo Pisco

## PP: CAIU A MÁSCARA



**A**inda bem que o PP apresentou a moção de censura. Existe assim um excelente pretexto para analisar o que o motiva realmente. Embora tenha toda a legitimidade para apresentar a moção e mesmo sabendo-se da impossibilidade de derrubar o Governo, em virtude da aritmética parlamentar dos 115 deputados do PS e 115 para os restantes partidos, não se pode ignorar o significado político que tem este instrumento constitucional. Tal como num jogo de xadrez, a jogada da moção de censura não produz nenhum xeque-mate, mas permite fazer movimentos em três tabuleiros. Num deles, permite avançar na direcção daquilo a que Paulo Portas na sua moção ao congresso de Aveiro chamou o «arco da governabilidade», noção que encerra dificuldades, já que para estar neste contexto precisava de colaborar com o PSD e não combatê-lo e roubar-lhe a iniciativa, como constantemente de forma compulsiva o faz. Ao anunciar a moção no próprio dia em que o Governo apresenta um conjunto importante de medidas para a reforma fiscal, lança uma cortina de fumo no outro tabuleiro, com o objectivo de ofuscar a percepção da importância e alcance destas medidas. E aqui o PP é um gato escondido com o rabo de fora, já que passa o tempo a gritar por reformas e precisamente na altura em que se confronta com duas de grande alcance,

como é a reforma fiscal e a aprovação da Lei de Bases da Segurança Social, faz um golpe de teatro e procura inviabilizá-las a todo o custo. Sobretudo, o que custa ao PP é ficar excluído da decisão de aumentar as pensões de reforma, invalidez e velhice, para 40 contos até 2003.

Confrontado com a situação de ficar de fora destas reformas, o PP não consegue ocultar a irritação e o nervosismo. Daí que tenha passado com toda a facilidade da moção de censura à de confiança, revelando assim a sua vontade de abrir crises políticas (terceiro tabuleiro). Vendo-se isolado, deixa cair a máscara, como referiu o ministro Ferro Rodrigues, precisamente um dos principais responsáveis pela estabilização e consolidação da segurança social no nosso país, por contraste com os tempos finais do cavaquismo, em que, aí sim, estava mesmo à beira da ruptura. A leitura da moção de Paulo Portas ao congresso de Aveiro ensinamos muito sobre a estratégia de combate do PP. Aí se nota uma impaciência incontida para chegar ao poder, uma pulsão irremovível de ser o centro de todas as coisas. Paulo Portas e o PP, são um só. As iniciais de um e de outro fundem-se e identificam-se, são o centro a partir do qual irradia a democracia-cristã, sendo que Portas obviamente, é a alma criadora da ideologia. Diante do espelho, o líder dos populares deve ser como a rainha má na

história da Branca de Neve: «Espelho meu, diz-me se alguém merece ser primeiro-ministro mais do que eu?». Mas logo cai em si quando o espelho lhe diz: «Obviamente, o António Guterres. Além disso, ainda tens pela frente o cinzentão do Durão Barroso». Irritado, Portas diz «isto não fica assim» e parte para o combate frenético a que todos os dias se entrega. A demagogia do PP não tem limites.

Tal como os partidos de direita populista na Europa, procura rentabilizar eleitoralmente junto dos idosos e da classe média, atacando pela via dos rendimentos e dos sentimentos de insegurança. Aos idosos promete paraísos de felicidade; quanto à insegurança repete até à exaustão que o país está assolado por criminalidade para que as pessoas se amedrontem. Não é crível que haja tantos problemas de segurança que justifiquem o alarido que o PP tem andado a fazer, como se não deve deixar de reconhecer o esforço que tem sido feito neste domínio, tendo inclusivamente agora sido anunciados mais 2090 novos agentes.

O grande dilema do PP é que para estar naquilo a que chama o «arco da governabilidade», o que por si só demonstra uma ambição um pouco desproporcionada para a posição que o seu partido ocupa no contexto político, tem de se aproximar do PSD. E aqui existem

dificuldades de ordem objectiva e subjectiva. Por um lado, sem o PSD o PP nunca poderá chegar ao Governo, a menos que vá deglutindo todo o espaço da direita em seu benefício. Mas provavelmente as grandes dificuldades até serão mais de ordem subjectiva. Com efeito, Paulo Portas diante de Durão Barroso é uma espécie de Rei-Sol, enquanto o líder do PSD não passa de um planeta baço. Portas, pela sua natureza, terá sempre muita dificuldade em ver-se como vice de alguém. Isso já se verificou com Marcelo na primeira tentativa falhada de formar a AD e passou-se de maneira mais violenta com Manuel Monteiro, já que foi o seu mentor ideológico e depois não hesitou em ocupar-lhe a presidência do partido. É por isso que a metáfora utilizada por Francisco Louçã no debate do estado da nação é apropriada, ao referir que o líder do PP se comporta como o escorpião da fábula que pede boleia ao sapo e, uma vez atravessado o rio, lhe ferra o veneno e pede desculpa dizendo: é a minha natureza! Durão Barroso não deveria ser excepção.

Este episódio da vida parlamentar é revelador da natureza do PP. Não são as encenações e a gritaria parlamentar que tomam as suas posições mais verdadeiras, coerentes e desinteressadas. Que não haja ilusões.

In «Diário de Notícias»

PERSPECTIVA

Edite Estrela

## A CREDIBILIDADE E A RETÓRICA



**O** primeiro-ministro tem motivos para estar satisfeito. A presidência portuguesa da União Europeia - que decorreu exemplarmente, como reconheceu o insuspeito ex-primeiro-ministro Cavaco Silva - terminou com o êxito da cimeira da Feira: a Europa dos quinze aprovou a harmonização fiscal. Um verdadeiro milagre para um país pequeno e mais ainda

se tivermos em conta que foi uma prioridade da presidência alemã e que, desde então (1988), ficou bloqueada.

A sessão legislativa fechou em alta para o Governo.

O debate sobre o estado da Nação correu-lhe de feição. António Guterres, no seu melhor estilo de grande tribuno combativo e confiante, surpreendeu as oposições ao apresentar uma proposta de reforma fiscal bem estruturada, que beneficia os trabalhadores por conta de outrem e combate a fraude e a evasão fiscal. Quer isto dizer que quem tem pago impostos vai pagar menos e que quem não pagava vai passar a pagar. Como resultado, teremos um sistema tributário mais correcto e moderno e, feitas as contas à diferença entre o que pagavam

os cumpridores e o que passarão a pagar os infractores, ainda entrarão mais receitas para os cofres do Estado. Finalmente, como diria o Zé, pagamos todos e haverá moralidade!

Este compromisso do primeiro-ministro vem ao encontro dos anseios e expectativas da chamada classe média que, a partir do próximo ano, poderá melhorar o seu poder de compra. Para que tal aconteça, será necessário que o Orçamento de Estado seja aprovado. Mas, nestas circunstâncias, quem vai querer ficar com o ónus de provocar instabilidade política e eleições antecipadas? É o que na actual gíria publicitária se pode designar por «dois em um».

Para além disso, foi possível chegar a acordo quanto à lei de bases da segurança social. Outra lança em África.

E para melhorar o «score» só faltava a moção de censura.

Inebriado pelos elevados índices de popularidade que as sondagens lhe atribuem - nem lhe deve passar pela cabeça que também ele possa dar o «trambolhão» que outros deram depois de mais alto terem subido - e sempre desejoso de atrair as luzes da ribalta, Paulo Portas, qual ilusionista do

circos Chen, tira da manga a moção de censura. Mas o feitiço voltou-se contra o feiticeiro. A moção foi rejeitada e o Governo viu assim reforçada a sua legitimidade. É verdade que o PP conseguiu levar a reboque o PSD, que além disso também deu por não dito o que havia acordado em comissão sobre a lei de bases da segurança social. É o desnorte a que Durão Barroso já nos habituou. Seria interessante saber o que Marques Mendes pensa de tudo isto.

Não é preciso ser-se especialista em comunicação, nem sequer ter lido Habermas, Derrida, Sennet, Querê ou Baudriard para se saber que as técnicas de sedução são inúmeras e que «a comunicação é como o chinês, aprende-se». Ora, o actual líder do PP andou toda a vida a aprender, não o chinês, mas as mais eficazes formas de comunicar e seduzir. E sabe fazê-lo como poucos. Daí o seu êxito.

Os gregos já haviam alertado para o valor da oratória. Na Idade Média, a retórica era cadeira obrigatória nos «currículos» escolares. Na era da informação como é a nossa, saber aproveitar e actualizar o exemplo de Demóstenes, Cícero e Vieira, isto é, utilizar proficientemente a arte de bem comunicar é

dispor de uma importante arma de poder. Tudo conta: o tom, o timbre, o registo, a frase «assassina» bem silabada para título de notícia... Não é difícil imaginar o ex-director d'«O Independente» a treinar, como Narciso em frente do espelho, as tiradas com que espera impressionar o auditório e sobretudo os ex-colegas de profissão. É um verdadeiro artista!

Só que, dizem também os estudiosos destes assuntos da comunicação, a credibilidade da mensagem é condicionada pelo «lugar de que se fala». O que traduzido em linguagem comum significa que se o primeiro-ministro assume um compromisso é para ser levado a sério. Quanto às promessas de quem não está no poder e não pode, portanto, ser responsabilizado devem merecer o devido desconto. Especialmente, quando se trata de um partido que nem sequer tem hipóteses de algum dia, sozinho, formar Governo. Prometer é fácil, cumprir é que pode ser muito difícil. Além disso, é possível enganar alguns durante algum tempo, mas não é possível enganar muitos durante muito tempo. Os portugueses sabem distinguir entre a credibilidade e a retórica.

In «Expresso»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

**Folclore em Albufeira**

A Festa de Verão do Paderne Clube decorre, a partir do dia 15 e até ao dia 22, na Escola EB 2.3 de Paderne, pelas 20 e 30. Este fim-de-semana, o Rancho Folclórico Infantil de Albufeira animará os mercados das Arelas de São João (sábado, às 11 e 30) e dos Caloiços (domingo, às 10 e 30) «Desenhos de Manuel Batista» é o título genérico da exposição que poderá visitar, até ao dia 5 de Agosto, de segunda a sábado, entre as 16 e 30 e as 22 horas, na Galeria Municipal.

**Conferência em Cascais**

Henrique Mateus profere, amanhã, a partir das 21 e 30, no Espaço Memória dos Exílios, uma conferência sob o título «O Mistério de Sacadura Cabral». As Canções da Tila, de Lopes-Graça, serão recriadas pelos Pequenos Cantores do Estoril, sob a direcção de Teresa Lencastre, no sábado, dia 15, às 21 e 30, na Igreja de São Domingos de Rana.

No âmbito do Festival de Música do Estoril – «2000-Descobrir a Música do Brasil», a autarquia local promove, no dia 18 (terça-feira), pelas 21 e 30, um espectáculo em que Benedetto Munzone, ao violoncelo, e Mario Galeani, ao piano, interpretarão, no Auditório Parque de Palmela, obras de Vivaldí, Schubert, Margola, Paganini e Piazzolla.

**Sabor latinos em Coimbra**

O quinteto cubano Vieja Trova Santiaguera interpretará os líricos boleros, as festas guarachas e o tórrido son, hoje, às 22 horas, na Praça 8 de Maio.

O programa do VIII Festival Internacional de Música de Coimbra – «Mil Anos de Música: de Bingen a Boulez» reservou para segunda-feira, dia 17, a partir das 21 e 45, no Museu Nacional Machado de Castro, um «Noite de Coimbra», em que participarão coros e músicos conimbricenses, com destaque para a presença do agrupamento vocal Ad Libitum e de Isilda Margarida, maestrina portuguesa.

Na quarta-feira, dia 19, a partir das 22 horas, passe pela Praça Velha e assista ao espectáculo do Grupo Folclórico Checo Lipita.

**Pintura em Fafe**

O pintor Vítor Costa expõe individualmente, pela primeira vez, na Galeria Municipal fafense.

Esta mostra permanecerá patente ao público até ao dia 22, podendo ser visitada no horário das 9 horas às 12 e 30 e das 14 horas às 17 e 30, de segunda a sexta-feira, bem como aos sábados, entre as 14 horas e as 17 e 30.

**Ilusionismo em Faro**

O ilusionista Ambrósio estará, hoje, a partir das 21 e 30, no FaroShopping, e promete

proporcionar uma noite mágica à assistência. O Passeia da Doca foi o local escolhido para que amanhã Afonso Dias Urze e Zurze Zawaia realizem o espectáculo musical intitulado «Olhar de Pássaro», às 21 e 30.

A segunda seqüela do filme de John Woo «Missão Impossível» será exibida, a partir de amanhã e até ao dia 27 deste mês, no Cinema Santo António.

No Cineclube de Faro poderá ver, às 22 horas, «As 1001 Noites» (amanhã); «Os Contos de Canterbury» (sábado, dia 15); e «Decameron» (domingo, dia 16).

**Moda em Guimarães**

Hoje vá ao Centro Histórico guimaranense e desfrute dos espectáculos de música de rua «Acibreira» e de teatro de rua «Malabrandanda», a decorrerem a partir das 22 horas.

As últimas tendências da moda das Lojas Portugal Fashion desfilarão na *passarelle* do Paço dos Duques, amanhã, pelas 22 horas. No sábado, à mesma hora, no Largo da Oliveira, assista ao desfile da Cenatex – Escola Profissional.

Ambos os eventos inserem-se no certame «Moda Guimarães 2000»

**Teatro em Lisboa**

A partir do texto «Eu Vi o Epidouro», de Fiama Hasse Pais Brandão, Mónica Calle encenou «O Bar da Meia-Noite», uma peça teatral que trabalha imagens da memória do teatro e que estará em cena, a partir de hoje e até ao dia 18, às 21 e 30, na Sala de Ensaio do Centro Cultural de Belém.

**Caricaturas na Lousã**

Hoje e sábado, dia 15, a Associação Cultural Ócios e Ofícios leva à cena a peça «A Estalajadeira», de Carlo Goldoni.

Amanhã, sexta-feira, dia 14, estará em exibição, na sala de cinema da cidade, a película «Falsas Aparências».

As exposições «Salão Nacional de Caricatura» e «Saramago visto pelos caricaturistas» podem ser apreciadas a partir de sábado, dia 15, até ao final do mês, na sala alternativa do Museu Municipal.

**Verão jovem em Matosinhos**

Teatro, desportos radicais e música são algumas das iniciativas que a Câmara Municipal organizou para o Verão dos jovens do concelho, durante este mês.

Com o programa Verão-Juventude, que termina a 30 de Julho, a autarquia aposta na diversificação e descentralização de actividades, com a preocupação de abranger, simultaneamente, um maior número de faixas etárias e sociais.

Entre pista *off road*, *ultraból*, *karaoke*, construções na areia e torneios desportivos, destaque para a actuação da Banda Eva, hoje, na marginal de Leça da Palmeira.

A maior parte das actividades decorrerem na praia de Leça da Palmeira, nomeadamente

as desportivas, como um torneio de voleibol, outro de futebol na água, *bodyboard* e aeróbica.

A edilidade organiza ainda uma exposição «Raid Fotográfico», que está patente, na Galeria Municipal, até ao dia 17, assim como cinema ao ar livre, *drive in* disponível no parque de estacionamento 25 de Abril, de 21 a 23.

**Animação em Montemor-o-Velho**

A animação no Castelo prossegue este domingo, dia 16, às 17 horas, com a actuação do Rancho Folclórico da Casa do Povo de Tentúgal; e às 18 horas, com a apresentação do Grupo de Teatro da Casa do Povo da Abrunheira.

**Baile em Portimão**

Um baile popular e muita animação são as sugestões do Clube de Futebol Boavista para este sábado, dia 15.

**Espectáculo no Porto**

O programa «2001 Noites de Verão», que decorre nos jardins do Palácio de Cristal, prossegue, até final de Agosto, com novas sugestões.

A iniciativa, organizada pela Culturporto, reserva para amanhã um espectáculo com o brasileiro Lenine.

**Encenações em Sintra**

O Centro Histórico sintrense – Largo Rainha Dona Amélia – é palco da peça «Estória do Contador Elétrico», do grupo teatral Tapa-Furos.

Os espectáculos decorrem todas as sextas-feiras e sábados, até ao dia 29, sempre às 22 horas. A entrada é livre.

**Livros em Viana do Castelo**

A lusofonia vai, pelo quarto ano consecutivo, servir de mote à Expo-Feira do Livro da cidade, um certame cuja 20ª edição decorrerá, a partir do dia 15 e até ao dia 30, no Jardim da Marina.

Portugal, Moçambique, Timor, Guiné-Bissau, Brasil, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola são os países aos quais a feira consagra dias especiais, havendo ainda um dia dedicado à Galiza e outro a Viana do Castelo.

JAZZ AFRICANO

Abdullah Ibrahim Quintet  
Cape Down Revisited

16 de Julho, 21h30  
Grande Auditório  
Centro Cultural de Belém

SUGESTÃO

«Aprender»  
dramaturgias  
contemporâneas

O Rivoli-Teatro Municipal, no Porto, é palco, até Setembro, de seminários sobre dramaturgias contemporâneas. Promovidos pelo Dramat – Centro de Dramaturgias Contemporâneas – estrutura do Teatro Nacional de São, os três seminários visam dar passos na perspectiva da criação de uma espécie de «Universidade de Verão», livre de quaisquer constrangimentos do tipo académico.

Abordar, de um modo diferenciado quanto à metodologia e prática concreta de trabalho, a dramaturgia irlandesa contemporânea, a drama-turgia brasileira e a contemporânea são os objectivos destes seminários.

O primeiro, subordinado ao tema «A Dramaturgia Brasileira Contemporânea – Panorama das Últimas Três Décadas», decorre até ao dia 22, sob a orientação de Silvana Garcia, da Escola de Teatro da Universidade de São Paulo.

Já o segundo, «Viagem pela Dramaturgia Irlandesa Contemporânea», orientado por Paulo Eduardo Carvalho, professor da Faculdade de Letras do Porto, realiza-se a partir do dia de 25 até ao dia 30.

Por último, o terceiro seminário, «Viagem pela Dramaturgia Contemporânea II – O Intimo e o Político nas Dramaturgias Contemporâneas», será leccionado de 4 a 11 de Setembro, por Jean-Pierre Sarrazac, professor do Instituto de Estudos Teatrais da Sorbonne Nouvelle, Paris.

Uma oportunidade a não perder!

POEMA DA SEMANA  
Seleção de Carlos Carranca

Canção para quem vier

Quem vier,  
que traga uma palavra amiga,  
semente de esperança, na seara da vida.

Quem vier  
que traga uma canção de amor,  
tão pura e sentida que a cantem de cor.

Quem vier  
quer crie neste mundo ou não  
Aqui sonhe o mundo  
Que os filhos terão.

Luiz Goes

In «de Ontem e de Hoje»



## A INCOMPETÊNCIA, O POPULISMO E O ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL

**1** A forma como Durão Barroso tem vindo a apresentar sucessivamente propostas superficiais na área económica releva de uma profunda irresponsabilidade que se alia à ignorância manifesta que evidencia nos domínios da economia e finanças. Não se exige a um líder político que saiba de tudo. Mas deve-se preparar devidamente e não falar apenas para exibir a extensão e a profundidade do seu desconhecimento.

2. A proposta que Tavares Moreira fez quanto ao euro é irresponsável ou ridícula. Se foi feita com pretensa seriedade, tem de ser considerada

completamente irresponsável; se foi feita com humor negro-alaranjado, caiu pelo ridículo. Vinda do maior partido da oposição e de um homem que foi o mais polémico governador do Banco de Portugal nas últimas décadas, dá bem conta da falta de seriedade que o anima, da ausência de credibilidade das propostas económico-financeiras do PSD:

3. A proposta de lei de enquadramento orçamental recentemente aprovada pelo Conselho de Ministros vem clarificar todo o processo de elaboração, debate e aprovação do Orçamento de Estado, dando-lhe maior transparência e rigor. Por outro

lado, procura simplificar os procedimentos, quanto à discussão dos investimentos públicos, centrando a intervenção da Assembleia num nível mais elevado e agregado, reforçando a maior consagração legal da competência do Governo nas concretizações de carácter local.

4. A incompetência económica e política de Durão reforça o peso político de Paulo Portas. É preciso grande atenção ao eleitorado mais carenciado, beneficiado pelas políticas sociais do PS, mas onde segmentos significativos podem ser atraídos pela demagogia popular-populista.

«Manuel Maria Carrilho criou uma política cultural coerente, marcadamente à esquerda»  
**Eduardo Prado Coelho**  
Público, 9 de Julho

«Paulo Portas, qual ilusionista do circo Chen, tira da manga a moção de censura. Mas o feitiço voltou-se contra o feiticeiro. A moção foi rejeitada e o Governo viu assim reforçada a sua legitimidade»  
**Edite Estrela**  
Expresso, 8 de Julho

«Um advogado paga em média 35 contos de IRS e um empresário da construção civil 27 contos»  
**Miguel Sousa Tavares**  
Público, 7 de Julho

«Há dois anos, os Mello convenceram o Governo de que, apesar do seu longo historial de inépcia e má gestão, eram capazes de relançar a Lisnave, com o apoio do Estado»  
**Idem, ibidem**

«Quando os negócios correm mal, a "iniciativa privada" espera, não apenas que o Estado a financie e que a dispense de pagar impostos e contribuições, mas também ainda que lhe ensine o que deve fazer»  
**Idem, ibidem**



Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.  
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Localidade \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.  
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Localidade \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

**Ação Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director  
**Fernando de Sousa**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo  
1495 Lisboa **Distribuição** Vaso, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz